



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA DA 18ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 15 DE OUTUBRO DE 2019

ATA Nº. 22 / 2019

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. SRª. PRESIDENTE DA A.M. - RENÚNCIA DE MANDATO DE ANTÓNIO MIGUEL RIBEIRO RAMOS
4. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
 - 4.1. APROVAÇÃO DE ATAS
 - 4.1.1. ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A QUATRO DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZANOVE - ATA NÚMERO TREZE, DE DOIS MIL E DEZANOVE
 - 4.1.1.1. VOTAÇÃO
 - 4.1.2. ATA DA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A DEZOITO DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZANOVE - ATA NÚMERO CATORZE, DE DOIS MIL E DEZANOVE
 - 4.1.2.1. VOTAÇÃO
 - 4.1.3. ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A VINTE E CINCO DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZANOVE - ATA NÚMERO QUINZE, DE DOIS MIL E DEZANOVE
 - 4.1.3.1. VOTAÇÃO
 - 4.2. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE DIOGO FREITAS DO AMARAL, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV

- 4.2.1. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
- 4.2.2. SR. DEPUTADO NUNO GUSMÃO (CDS-PP)
- 4.2.3. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 4.2.4. SR. DEPUTADO DOMINGOS SANTOS (IOMAF)
- 4.2.5. VOTAÇÃO
- 4.3. MOÇÃO RELATIVA A MELHORAR A TRANSPARÊNCIA NO PROCESSO DELIBERATIVO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: DISPONIBILIZAR O ACESSO ONLINE DAS PROPOSTAS DE DELIBERAÇÃO E DOCUMENTOS EM DEBATE, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS
- 4.3.1. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 4.3.2. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 4.3.3. SRª. DEPUTADA ANA PAULA CREMON (IN-OV)
- 4.3.4. SR. DEPUTADO PEDRO ALMEIDA (PS)
- 4.3.5. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 4.3.6. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
- 4.3.7. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 4.3.8. SR. DEPUTADO PEDRO ALMEIDA (PS)
- 4.3.9. VOTAÇÃO
- 4.3.9.1. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.4. SRª. DEPUTADA CELESTE DÂMASO (IN-OV)
- 4.5. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 4.6. SR. DEPUTADO SALVADOR COSTEIRA (IOMAF)
- 4.7. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 4.8. SR. DEPUTADO SALVADOR COSTEIRA (IOMAF)
- 4.9. SRª. PRESIDENTE DA A.M.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 4.10. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 4.11. SR^a. DEPUTADA JOANA SILVA (CDU)
- 4.12. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
- 4.13. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS)
- 4.14. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 4.15. SR^a. DEPUTADA CAROLINA TOMÉ (IOMAF)
- 4.16. SR. DEPUTADO MIGUEL PINTO (BE)
- 4.17. SR. DEPUTADO ORLANDO TAVARES (IN-OV)
- 4.18. SR^a. DEPUTADA PAULA NETO (IN-OV)
- 4.19. SR. DEPUTADO JOAQUIM DOS REIS MARQUES (PS)
- 4.20. SR. DEPUTADO DANIEL BRANCO (CDU)
- 4.21. SR. DEPUTADO NUNO GUSMÃO (CDS-PP)
- 4.22. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (IOMAF)
- 4.23. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 4.24. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
- 4.25. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 4.26. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 4.27. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 4.28. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 4.29. SR. DEPUTADO MIGUEL PINTO (BE)
- 4.30. SR^a. DEPUTADA JOANA SILVA (CDU)
- 4.31. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS)
- 4.32. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 5. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
- 5.1. ELEIÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA (EFETIVO E

SUBSTITUTO) PARA REPRESENTAR AS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE OEIRAS NO XXIV CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

5.1.1. VOTAÇÃO

5.2. APRECIÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 678/19 – GAM – RELATIVA AO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS – 2018 E CONSEQUENTE PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO - APRECIADA

5.3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 684/19 – GCAJ – RELATIVA À TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – ACEITAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO PARA 2020 E REVOGAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º 463/19, DE 14 DE JUNHO

5.3.1. VOTAÇÃO

5.4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 693/19 – DMOTOA/DHRU/DRU – RELATIVA À AUGI DO CASAL DA CHOCA – CEDÊNCIA DO LOTE 12 – ACERTO DO VALOR DO PAGAMENTO DE TAXAS, COMPENSAÇÕES E PARTICIPAÇÕES PARA EMISSÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO E CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS – ARTIGOS MATRICIAIS 12 E 13

5.4.1. VOTAÇÃO

5.5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 737/19 – GCAJ – RELATIVA À APROVAÇÃO FINAL DO PROJETO DE NOVO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS MUNICIPAIS- RETIRADA

5.6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 739/19 – DMAG/DFP/DP –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

RELATIVA À ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO PARA EXPLORAÇÃO DO BAR-CAFETARIA, COM POSSIBILIDADE DE INSTALAÇÃO DE ESPLANADA, NO PARQUE URBANO DE MIRAFLORES

- 5.6.1. VOTAÇÃO
6. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
 - 6.1. SR^a. CLOTILDE MOREIRA, MORADORA EM ALGÉS
 - 6.2. SR. TIAGO COSTA PINTO DOS REIS MIRANDA, MORADOR EM CAXIAS/LAVEIRAS
 - 6.3. SR. JOSÉ JOAQUIM OOM VALE HENRIQUES, MORADOR EM CAXIAS
 - 6.4. SR. GUILHERME LIMAS MACHADO, MORADOR EM OEIRAS
 - 6.5. SR. MIGUEL PARTIDÁRIO, MORADOR EM SÃO JULIÃO DA BARRA
 - 6.6. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
 - 6.7. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
 - 6.8. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
 - 6.9. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
7. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
8. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS			
VOTAÇÃO: <i>Apurada por unanimidade em 18.02.2020</i>			
GRUPOS POLITICOS MUNICIPAIS	S	N	A
IN-OV	11		
PS	4		
IOMAF	2		
PPD/PSD	1		
CDU	2		
CDS-PP	—		
BE	1		
PAN	1		

-----ATA DA 18ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 15 DE OUTUBRO DE 2019-----

-----ATA Nº. 22 / 2019-----

----- Aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e dezanove, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segunda Secretária a Senhora Susana Isabel Costa Duarte. -----

1. ABERTURA DA REUNIÃO-----

----- Pelas quinze horas e vinte minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Décima Oitava Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e sete Deputados Municipais (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, José Maria Godinho Montezo, Irina Dias Lopes, Orlando Vaz Tavares, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Vítor Manuel Correia Pinho, Rosa Maria Soares da Fonseca, Dinis Penela Antunes, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo, Pedro Miguel Ramos Almeida, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria Carolina Candeias Tomé, Salvador António Martins Bastos Costeira, Isabel Cristina

Gomes dos Santos Silva Lourenço, Daniel dos Reis Branco, Maria Joana Marques Gomes da Silva, Teresa Amélia do Carmo Carvalho, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Susana Isabel Costa Duarte, Nuno Miguel Trindade Gusmão, Miguel da Câmara e Almeida Pinto e Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), desta Assembleia Municipal. -----

-----Os Senhores Afonso Tomás Rebelo da Silva Garcia, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Cláudio Fernando Sequeira Assunção pediram a sua substituição para esta reunião, tendo sido substituídos pelos Senhores Vítor Manuel Correia Pinho, Rosa Maria Soares da Fonseca, Teresa Amélia do Carmo Carvalho e Miguel da Câmara e Almeida Pinto. -----

-----Faltou o Senhor Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, tendo a Mesa justificado a respetiva falta. -----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais, o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Carlos Alberto Ferreira Morgado, Pedro Manuel Freire Patacho, Joaquim Moreira Raposo, Marlene Braz Rodrigues e Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto. ---

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

-----Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Eleição dos Presidentes de Junta de Freguesia (efetivo e substituto) para representar as Freguesias do Município de Oeiras no XXIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses; -----
2. Apreciação da Proposta CMO N.º 678/19 - GAM - relativa ao Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão do Município de Oeiras - 2018 e consequente Plano de Prevenção de Riscos de Gestão; -----
3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 684/19 - GCAJ - relativa à Transferência de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais - Aceitação das competências no domínio da Educação para 2020 e revogação da Proposta de Deliberação N.º 463/19, de 14 de junho; -----

4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 693/19 - DMOTOA/DHRU/DRU - relativa à Augi do Casal da Choca - Cedência do Lote 12 - Acerto do valor do pagamento de taxas, compensações e participações para emissão do Alvará de Loteamento e Construção de Infraestruturas - Artigos Matriciais 12 e 13; -----

5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 737/19 - GCAJ - relativa à Aprovação final do projeto de novo Regulamento de Atribuição de Medalhas Municipais; -----

6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 739/19 - DMAG/DFP/DP - relativa à Abertura de concurso público para concessão de uso privativo para exploração do bar-cafetaria, com possibilidade de instalação de esplanada, no Parque Urbano de Miraflores. -----

3. A Senhora Presidente da A.M. - Renúncia de mandato de António Miguel Ribeiro Ramos - iniciou a reunião dizendo o seguinte: -----

----- “Muito boa tarde a todos, vamos dar início à nossa reunião. -----

----- Tenho a comunicar-vos que tenho uma renúncia de mandato do nosso colega António Ramos (IN-OV) que diz: -----

----- “Venho por este meio pedir a minha renúncia de mandato a partir da data de um de outubro de dois mil e dezanove. Esta renúncia deve-se ao facto de, neste momento, estar a viver fora do País. -----

----- Passados, precisamente, dois anos, é com muita tristeza que o faço, pois foi uma enorme honra servir os oeirenses, e servir a bancada por quem eu fui eleito (IN-OV). -----

----- Espero que Oeiras continue sempre na vanguarda como tem vindo a permanecer

durante estes anos, pois Oeiras está e estará sempre no meu coração. -----

-----Votos de continuação de sucesso.” -----

-----É com muita pena que, realmente, ponho à vossa consideração esta renúncia do mandato do nosso colega António Ramos (IN-OV) que, na realidade, deixou de residir no nosso País. Só me resta desejar-lhe muitas felicidades na sua nova vida. Foi uma pessoa que nos acompanhou durante estes dois anos e de quem guardamos uma grata recordação. Esperemos voltá-lo a ver entre nós. -----

-----Não tem que ser votado, é só dar conhecimento, iria pôr à votação isso sim, três atas.

-----Está aqui a Dona Cristina a chamar-me à atenção de que passou à efetividade a nossa colega Celeste Dâmaso (IN-OV), que já nos tem acompanhado em várias substituições, pela vacatura do lugar deixado pelo Senhor Deputado António Ramos (IN-OV).” -----

4. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

4.1. APROVAÇÃO DE ATAS-----

4.1.1. Ata da Décima Primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a quatro de junho de dois mil e dezanove - Ata número treze, de dois mil e dezanove-- -----

4.1.1.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Isaltino - Inovar Oeiras de Volta (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, Orlando Vaz Tavares, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Mendonça, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Vítor Manuel Correia Pinho e Rosa Maria Soares da Fonseca), cinco do Partido Socialista (Dinis Penela Antunes, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Pedro Miguel Ramos Almeida), três do Grupo Político Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Maria Carolina Candeias Tomé e Salvador António Martins Bastos Costeira), dois da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco e Maria Joana Marques Gomes da Silva), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte), um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques).- -----

----- Os Senhores Deputados Irina Dias Lopes e Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, do Grupo Político Isaltino - Inovar Oeiras de Volta, António Pita de Meireles Pistacchini Moita e Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, do Grupo Político Independentes Oeiras Mais À Frente e Nuno Miguel Trindade Gusmão, do Centro Democrático Social - Partido Popular, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Os Senhores Deputados José Maria Godinho Montezo, do Grupo Político Isaltino - Inovar Oeiras de Volta, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez, do Partido Socialista e Teresa Amélia do Carmo Carvalho, da Coligação Democrática Unitária, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. -----

4.1.2. Ata da Décima Segunda Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a dezoito de junho de dois mil e dezanove - Ata número catorze, de dois mil e dezanove - -----

4.1.2.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor, sendo treze do Grupo Político Isaltino - Inovar Oeiras de Volta (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso e Vítor Manuel Correia Pinho), cinco do Partido Socialista (Dinis Penela Antunes, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Pedro Miguel Ramos Almeida), três do Grupo Político Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Maria Carolina Candeias Tomé e Salvador António Martins Bastos Costeira), três da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco, Maria Joana Marques Gomes da Silva e Teresa Amélia do Carmo Carvalho), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte), um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques).-----

-----Os Senhores Deputados Irina Dias Lopes e Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, do Grupo Político Isaltino - Inovar Oeiras de Volta, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez, do Partido Socialista, António Pita de Meireles Pistacchini Moita e Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, do Grupo Político Independentes Oeiras Mais À Frente e Nuno Miguel Trindade Gusmão, do Centro Democrático Social - Partido Popular, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Os Senhores Deputados Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, Orlando Vaz Tavares e Rosa Maria Soares da Fonseca, do Grupo Político Isaltino - Inovar Oeiras de Volta, não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. --

4.1.3. Ata da Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a vinte e cinco de junho de dois mil e dezanove - Ata número quinze, de dois mil e dezanove--

4.1.3.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Isaltino - Inovar Oeiras de Volta (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, José Maria Godinho Montezo, Orlando Vaz Tavares, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso e Vítor Manuel Correia Pinho), cinco do Partido Socialista (Dinis Penela Antunes, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Pedro Miguel Ramos Almeida), três do Grupo Político Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Maria Carolina Candeias Tomé e Salvador António Martins Bastos Costeira), um da Coligação Democrática Unitária (Maria Joana Marques Gomes da Silva), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte), um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). -----

----- Os Senhores Deputados Irina Dias Lopes e Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, do Grupo Político Isaltino - Inovar Oeiras de Volta, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, do Grupo Político Independentes Oeiras Mais À Frente e Nuno Miguel Trindade

Gusmão, do Centro Democrático Social - Partido Popular, não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Os Senhores Deputados Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Rosa Maria Soares da Fonseca, do Grupo Político Isaltino - Inovar Oeiras de Volta, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez, do Partido Socialista, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, do Grupo Político Independentes Oeiras Mais À Frente, Daniel dos Reis Branco e Teresa Amélia do Carmo Carvalho, da Coligação Democrática Unitária, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. -----

4.2. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE DIOGO FREITAS DO AMARAL, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** leu o Voto de Pesar mencionado em título, que a seguir se transcreve: -----

-----“Relembrar, hoje, a figura de Diogo Freitas do Amaral é fazer um exercício de memória do caminho que trilhámos ao longo das últimas quatro décadas e meia. Do quanto com ele partilhámos, do quanto dele discordámos, do respeito que sempre nos mereceu. -----

-----O Presidente da República considerou-o, a par de Álvaro Cunhal, de Mário Soares e de Francisco Sá Carneiro, um dos pais da democracia portuguesa. Com eles partilhou desafios, encontros e desencontros, ao sabor da sua capacidade de resiliência e de evolução, como homem e como político. -----

-----Da Democracia Cristã, tão mal compreendida por muitos dos que lhe eram próximos e por quase todos os que hoje se dizem seus herdeiros, Freitas do Amaral caminhou em direção a posições que caracterizam a social democracia. Com a dignidade com que esteve presente em todas as lutas em que a Democracia Portuguesa se viu envolvida, quer sendo vitorioso, quer saboreando o amargo da derrota. Foi com essa dignidade que transformou adversários em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

amigos que acompanhou até aos últimos dias.-----

----- Lembramos, hoje, o Homem que tanto prestigiou o nome de Portugal nas instâncias internacionais, nomeadamente, como Presidente da União Europeia das Democracias Cristãs e como Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas. -----

----- Mas lembramos sobretudo o Homem solidário, corajoso e afável, o político atuante, intrépido e amante da liberdade, o Professor de Direito Administrativo cuja docência marcou profundamente várias gerações, o pensador metódico e rigoroso enquanto jurista, mas também libertário na sua interpretação filosófica, histórica e literária.-----

----- O INOV associa-se aos seus familiares e amigos na homenagem que é devida aos homens justos, propondo um voto de pesar pelo seu falecimento e um minuto de silêncio em sua memória.-- -----

----- Este voto de pesar deverá ser comunicado à família de Diogo Freitas do Amaral e publicado no sítio da Assembleia Municipal e em, pelo menos, um jornal diário de expansão nacional.”- -----

4.2.1. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Deixe-me dizer que fico satisfeito, muito satisfeito mesmo, por este Voto de Pesar e, desde já, deixar aqui os meus parabéns ao grupo IN-OV pela sua iniciativa. -----

----- Dizia Sá Carneiro, aliás, um dos pais da nossa democracia recente, como é referido na proposta, que a política sem risco é uma chatice, mas sem ética é uma vergonha. E, de facto, Diogo Freitas do Amaral, para além do político, foi uma pessoa que me tocou. Foi meu Professor de Direito Administrativo em mil novecentos e sessenta e oito, sessenta e nove e, já nessa altura, ele era um verdadeiro oásis naquela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Como compreenderão, é fácil perceber qual era o ambiente naquela faculdade antes do Vinte e Cinco

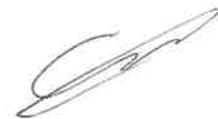
de Abril. E, de facto, aquilo que ele foi, de um humanismo, de uma forma de relacionamento com as pessoas, já nessa altura ele era um jovem assistente, era demonstrativo daquilo que ele viria a ser mais tarde. É evidente que evoluiu, é evidente que alterou, se é que alterou, porque há quem diga que não foi ele que mudou, mas sim o seu partido original que mudou, não vou entrar aqui nessa discussão, mas o certo é que, efetivamente, o que temos, ou o que tínhamos, era um homem capaz de representar o Estado e o povo português no exterior, dar às instituições a dignidade que elas mereciam e justificavam e, por isso, não será demais lembrar a memória deste português que foi, de facto, um grande português e, portanto, o PSD que esteve com ele em campanhas eleitorais da AD e, inclusive, no seu combate contra Mário Soares, de quem, aliás, veio a tornar-se posteriormente grande amigo, para a Presidência da República, que perdeu, enfim, por uma unha negra, mas perdeu, a Democracia tem destas coisas, certo é que é tempo de o homenagear e, portanto, este é também um local próprio, e o PSD, e eu próprio em nome pessoal, temos muito gosto em nos aliarmos a este Voto de Pesar, e iremos, obviamente, votar favoravelmente o mesmo, como não podia deixar de ser.” -----

4.2.2. O Senhor Deputado Nuno Gusmão (CDS-PP) observou o seguinte: -----

-----“Ao lermos este Voto de Pesar, talvez fosse mais cómodo para todos os presentes, até pelo que significa a perda de uma vida humana, como é, necessariamente, o caso que estamos a falar, abstrairmo-nos de todo o seu conteúdo, nomeadamente, de alguns parágrafos, e simplesmente votar esse próprio Voto de Pesar. -----

-----Pois bem, mas em política as palavras contam, os atos contam e as posições contam, e ainda bem que é assim, porque quem não toma posições, quem se despe do seu carácter ideológico muitas vezes estando na política, não é, definitivamente, o sítio onde deve estar. -----

-----Procurar, a partir deste falecimento do Professor Freitas do Amaral, extrair conclusões, como vêm aqui aferidas no Voto de Pesar, deixem-me dar só nota que votarei



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

favoravelmente o Voto de Pesar, porque acho que o que está em causa é, efetivamente, o Voto de Pesar, pese embora não possa concordar com algum do conteúdo que vem aqui descrito, mas, acima de tudo, é a dignidade da pessoa que percorreu mais dos quarenta anos de democracia que nós temos que está em causa, e a sua memória antes de mais. E como nós nos consideramos, acima de tudo, institucionais, fá-lo-emos em nome desse respeito. Agora, tecer considerações que um partido político é, e bem sei que isso possa causar algum tipo de estranheza em algumas pessoas que estão aqui presentes e que fazem parte de movimentos políticos, tão só, ou tem na génese, uma só pessoa, é completamente ataiçoar o esforço de milhares de pessoas que contribuem na política nacional para que a democracia exista com os seus diversos partidos.” ----

4.2.3. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) disse o seguinte:-----

----- “Só para pedir para, na penúltima linha, onde se lê “publicada”, deverá ler-se “publicado”. É daquelas gralhas que acabam sempre por prevalecer.” -----

4.2.4. O Senhor Deputado Domingos Santos (IOMAF) fez a seguinte intervenção: -----

----- “A nossa democracia, nesta fase que vivemos, é ainda recente, mas já deu muitos passos depois do Vinte e Cinco de Abril.-----

----- Quería só, enquanto recordamos a figura de Freitas do Amaral e vamos votar um Voto de Pesar pela perda que foi o seu desaparecimento, recordar aqui dois factos: privei e estive com uma pessoa estrangeira nos últimos dias e, no fim de semana em que houve as últimas eleições, ele chamou-me a atenção que estava impressionado com o civismo, a tolerância, a serenidade com que aconteceu a campanha eleitoral em Portugal e como decorreram as eleições. Isto é positivo, de facto. -----

----- Há dias, quando se falava nos pais da democracia, ouvi um Capitão de Abril a dizer: “os pais da democracia foram os Capitães de Abril”. A democracia tem, de facto, muitos pais,

mães, muitos intervenientes, é uma construção de todos os que têm responsabilidade, que têm visão e se batem por ela, de todos os cidadãos que participam nas campanhas, que se disponibilizam para governar, que votam nas urnas. -----

-----Não posso deixar de recordar que, em mil novecentos e setenta e cinco, estava eu na tropa no RASP - Regimento de Artilharia da Serra do Pilar, e o CDS fez o seu Primeiro Congresso, não sei precisar em que mês, no Palácio de Cristal no Porto e, quando acabou, portanto, vivíamos uma época muito diferente da que vivemos hoje e das últimas eleições, e eu, como militar, recebi uma missão, eu e mais vinte ou trinta militares, que foi entrarmos em grupos diferenciados dentro de uma multidão que se aglomerava à entrada principal do Palácio de Cristal para linchar os representantes do CDS que não tinham ainda saído, entre os quais estava Diogo Freitas do Amaral, e lançarmos o boato de que, em grupos diferentes, três grupos, Freitas do Amaral e os outros intervenientes iam fugir pelo lado sul, junto ao Rio Douro, para que a multidão se dispersasse e, depois, as berliets pudessem entrar no Palácio de Cristal e trazer em segurança os representantes do CDS na altura. O que quero dizer com isto é que, de facto, foi pela coragem de muita gente que nós afirmámos o nosso pluralismo, que nos honra, a nossa liberdade de fazer propostas, de fazer críticas e de votar, serenamente. Temos isso hoje, e não foi fácil construí-lo ao longo destas quatro décadas que nos separam do Vinte e Cinco de Abril, mas deve-se, de facto, à coragem de Freitas do Amaral e de muitos outros homens e mulheres de todos os partidos políticos. -----

-----E eu quis partilhar, enfim, estas vivências da nossa democracia, uma delas ligada diretamente à figura que pretendemos recordar e homenagear com um Voto de Pesar pelo seu desaparecimento, e uma alusão ao que vivemos hoje, que não caiu do céu aos trambolhões, mas que foi obra, de facto, de muita gente ligada, ou não, a partidos políticos, todos os partidos políticos que têm cabimento na nossa democracia.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

4.2.5. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi aprovado, por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, José Maria Godinho Montezo, Orlando Vaz Tavares, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Vítor Manuel Correia Pinho e Rosa Maria Soares da Fonseca), seis do Partido Socialista (Dinis Penela Antunes, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Pedro Miguel Ramos Almeida), três do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Maria Carolina Candeias Tomé e Salvador António Martins Bastos Costeira), três da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco, Maria Joana Marques Gomes da Silva e Teresa Amélia do Carmo Carvalho), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte), um do Centro Democrático Social-Partido Popular (Nuno Miguel Trindade Gusmão), um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques).-----

----- Os Senhores Deputados Irina Dias Lopes, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, António Pita de Meireles Pistacchini Moita e Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, do Grupo Político Independentes Oeiras Mais À Frente, não estavam

presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 121/2019** -----

----- **VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE DIOGO FREITAS DO AMARAL, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, seis do Partido Socialista, três do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar um Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, pelo falecimento de Diogo Freitas do Amaral, fazendo um minuto de silêncio em sua memória.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

-----**Foi feito um minuto de silêncio em memória de Diogo Freitas do Amaral.**-----

4.3. MOÇÃO RELATIVA A MELHORAR A TRANSPARÊNCIA NO PROCESSO DELIBERATIVO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: DISPONIBILIZAR O ACESSO ONLINE DAS PROPOSTAS DE DELIBERAÇÃO E DOCUMENTOS EM DEBATE, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** leu a Moção mencionada em título, que a seguir se transcreve:-----

-----“Seguindo a boa prática adotada em muitos municípios do País ao longo dos últimos anos, a Assembleia Municipal de Oeiras, no último ano, iniciou a transmissão online das suas sessões.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Esta decisão veio permitir que todas e todos os munícipes pudessem finalmente acompanhar, à distância de um “click”, no seu telemóvel, no seu tablet ou no seu computador, em direto ou em qualquer momento do dia, os trabalhos deste órgão autárquico. -----

----- A adesão dos munícipes, já verificada pelo número de visualizações, demonstra que esta é uma opção plenamente justificada que confere mais transparência e permite a valorização do papel dos autarcas nos processos de decisão e no debate dos temas que dizem respeito à vida das pessoas e do Concelho. -----

----- Sucede, porém, que o acompanhamento e compreensão dos trabalhos pelos munícipes é ainda, em muitos casos, dificultado pela inacessibilidade aos documentos e propostas de deliberação em debate, que, sendo públicos, apenas são distribuídos aos membros da Assembleia Municipal através de uma página de utilização interna. -----

----- Aprofundando a relação de proximidade e confiança com os cidadãos e na esteira do princípio da administração aberta, nada impede que a Assembleia Municipal de Oeiras, com as cautelas próprias relativas à confidencialidade de dados pessoais, os disponibilize, em tempo útil, a par da convocatória, através do seu sítio eletrónico, conforme já sucede, com bons resultados, noutros municípios. Esta decisão, permitindo ampliar a dimensão democrática de escrutínio das deliberações municipais, incentivará a participação dos cidadãos e melhorará as condições de transparência e qualidade da governação local.-----

----- Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Oeiras delibere no sentido da adoção, logo que possível, das medidas necessárias para que todos os munícipes passem a ter acesso, com a respetiva convocatória, à documentação e propostas de deliberação agendadas na ordem de trabalhos, através da colocação online no sítio eletrónico www.am-oeiras.pt.-----

4.3.1. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

-----“Recebi esta Moção hoje, eram praticamente duas e meia, não tive possibilidade de saber junto dos serviços informáticos se é possível colocar online, não com a convocatória, porque esta é só para os membros da Assembleia, mas com o edital, portanto, quando é publicado o edital com as propostas, se é possível que fiquem online. Não sei, não tive oportunidade, no pouco tempo que me restou, de fazer essa consulta. Não sei se o Senhor Vice-Presidente nos pode dar algum esclarecimento.”-----

4.3.2. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. esclareceu o seguinte: -----

-----“Começar por dizer que todas as propostas que melhorem a transparência da governação e o acesso à informação são positivas, desde que razoáveis, e esta proposta é razoável, padece é de algum atraso, porque as propostas de deliberação da Assembleia Municipal estão no portal do Município. -----

-----“Todavia, se devem ser também carregadas no portal da Assembleia Municipal não vejo por que não, é uma questão de manutenção do portal e, da nossa parte, não tenho qualquer objecção Senhora Presidente.” -----

4.3.3. A Senhora Deputada Ana Paula Cremon (IN-OV) referiu o seguinte: -----

-----“Depois das explicações que foram dadas pela Senhora Presidente e, agora, pelo Senhor Vice-Presidente, se torna desnecessária a intervenção, porque ia chamar exactamente à colação, quer o local do portal do Município, onde compete, efetivamente, que as propostas apresentadas pela Câmara Municipal estejam contidas, não sendo isto uma competência da Assembleia, que nem sequer deveria, se essa fosse a decisão, aprová-la, porque se sub-rogava à competência do Executivo e, portanto, era isso que ia chamar a atenção, para além da matéria do edital que a Senhora Presidente, e muito bem, trouxe aqui à colação. -----

-----Assim sendo e feitos os devidos reparos, o IN-OV em tudo o mais nada tem a opor à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

proposta que aqui está a ser apresentada.” -----

4.3.4. O Senhor Deputado Pedro Almeida (PS) observou o seguinte:-----

----- “Agradecer, em primeiro lugar, a explicação e o enquadramento que foi dado pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal e os esclarecimentos que a Câmara deu sobre a exequibilidade da proposta.-----

----- Acho que haverá aqui algum equívoco, porque nós sabemos que as propostas de deliberação, depois de aprovadas e consumado o processo deliberativo, que tem que ser público, evidentemente, o que nós estamos aqui a falar é, no fundo, preencher uma lacuna desta decisão virtuosa que tomámos, de permitir que os munícipes possam acompanhar as nossas sessões, mas, de facto, acompanham e assistem a um debate sobre documentos em que muitas vezes até há citações desses documentos que as pessoas que estão a acompanhar não conhecem nem têm acesso e, portanto, aqui, o que estamos a falar é de uma fase prévia à deliberação (posterior à deliberação da Câmara, anterior à deliberação final da Assembleia Municipal), permitindo que os munícipes possam, no mesmo tempo que nós temos de preparação dos debates, analisar, perceber e compreender todo o enquadramento factual da discussão que nós estamos a fazer.-----

----- Portanto, é esse o objetivo e julgo que, e associando-me àquilo que foram palavras aqui ditas de homenagem a essa grande personalidade da nossa história contemporânea que é Diogo Freitas do Amaral, e eu, como um direito, associo-me especialmente àquilo que foi dito pelo nosso deputado municipal Jorge Pracana (PSD), que a melhor homenagem que podemos fazer é exatamente continuarmos, como temos feito até aqui, a procurar melhorar os processos deliberativos, melhorando aquilo que é o acervo doutrinário naquilo que é o aprofundamento do Direito Administrativo também na qualidade das decisões e na relação que as decisões tomadas por entidades públicas podem ter em termos de confiança junto dos cidadãos que são, em última

instância, os visados por todas as decisões que aqui tomamos e, portanto, agradecer o acolhimento que foi dado pelas forças políticas que se manifestaram e aguardar que, dentro daquilo que são as limitações que, necessariamente, haverá e que terão de ser ultrapassadas e, aliás, a deliberação acautela essa questão dizendo logo que possível, portanto, temos consciência que é preciso haver essa abordagem técnica para perceber qual é a exequibilidade, do ponto de vista temporal, da medida, mas, de qualquer modo, tomarmos essa deliberação hoje aqui, do ponto de vista simbólico, tem a sua importância e, portanto, aprez-nos registar que esta proposta foi acolhida pelas restantes forças políticas.”-----

4.3.5. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. informou o seguinte: -----

-----“Para informar apenas que, de acordo com o que me é transmitido pelos serviços, as propostas são colocadas no portal do Município logo após votação na reunião de Câmara. Logo que o edital é afixado, as propostas vão para o portal do Município. -----

-----T tecnicamente, e sem querer antecipar-me ao que deve ser uma função do serviço de informática, dizer que isto é, sobretudo, uma questão de carregamento na página da Assembleia Municipal, portanto, não vejo, sinceramente, qualquer problema para isto. Sinceramente, não sei quem tem a responsabilidade da gestão da página da Assembleia Municipal, creio que é o serviço de informática do Município, portanto, se carrega um, carrega outro.”-----

4.3.6. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte: -----

-----“Entendo que esta proposta é mais que razoável, está fora de questão, apenas estou aqui a analisar o Regimento da Assembleia Municipal, porque, provavelmente, vamos ter que alterar ou, pelo menos, alargar o espectro na forma como está aqui referido estas questões da publicidade das deliberações. É apenas um alerta que deixo à Mesa no sentido de, depois, com tempo, se verificar como é que vamos ajustar esta proposta de recomendação, a ser aprovada e implementada, com o Regimento em vigor... é o capítulo oitavo a partir do artigo sessenta e seis



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

a setenta.” -----

4.3.7. A Senhora Presidente da A.M. fez a seguinte intervenção:-----

----- “Com certeza, mas depois poderemos fazer essa avaliação, porque considero que tudo o que se possa fazer para que os munícipes possam acompanhar os trabalhos, quer da Câmara Municipal, quer da Assembleia Municipal, deve ser feito, e há coisas que, por vezes, nos escapam. Por exemplo, um dia, um munícipe presente nesta sala, no intervalo disse-me: “os senhores estiveram, no Período Antes da Ordem do Dia, a falar de assuntos que são só do vosso conhecimento, e nós assistimos, porque não temos acesso, nem às moções, nem aos votos que são apresentados”. Bem, não me tinha ocorrido semelhante coisa e, a partir daí, comecei a ler tudo o que entra, porque compreendo que as pessoas a quem não é distribuído, pois só é distribuído aos senhores membros da Assembleia, não saberiam do que é que se estava a falar, não compreenderiam, e acho que é importante que saibam. -----

----- Ser possível que as propostas de deliberação que vêm para a Assembleia Municipal sejam publicitadas juntamente com o edital, pois também acho que é importante, até porque ficam sabendo o que vem à Assembleia Municipal, não são todas as propostas que estão no site do Município e, portanto, vamos ver como podemos fazer. -----

----- Vou pôr à votação esta moção, mas devo dizer que acho muito pertinente, deveria só alterar com a convocatória e poria com o edital.”-----

4.3.8. O Senhor Deputado Pedro Almeida (PS) observou o seguinte:-----

----- “Só lembrar também à Câmara, e compreendendo, evidentemente, a explicação que o Senhor Vice-Presidente agora aditou, nós também temos documentos que apreciamos que até são de entidades externas, estou-me a lembrar, por exemplo, do relatório anual da CPCJ, ou mesmo pareceres que são produção interna da Assembleia Municipal, produzidos pelas comissões

especializadas que são, às vezes, agendados também com a Ordem de Trabalhos e não são da responsabilidade da Câmara. Portanto, faz sentido, de facto, que haja esse espaço autonomizado da Câmara Municipal relativamente à publicação dos documentos.”-----

4.3.9. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Moção, a qual foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com trinta e três votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, José Maria Godinho Montezo, Orlando Vaz Tavares, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Vítor Manuel Correia Pinho e Rosa Maria Soares da Fonseca), cinco do Partido Socialista (Jorge Manuel Damas Martins Rato, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Pedro Miguel Ramos Almeida), quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Maria Carolina Candeias Tomé, Salvador António Martins Bastos Costeira e Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço), três da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco, Maria Joana Marques Gomes da Silva e Teresa Amélia do Carmo Carvalho), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte), um do Centro Democrático Social-Partido Popular (Nuno Miguel Trindade Gusmão), um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques).-----

-----Os Senhores Deputados Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Irina Dias Lopes,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, Dinis Penela Antunes, do Partido Socialista e António Pita de Meireles Pistacchini Moita, do Grupo Político Independentes Oeiras Mais À Frente, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 122/2019** -----

-----**MOÇÃO RELATIVA A MELHORAR A TRANSPARÊNCIA NO PROCESSO DELIBERATIVO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: DISPONIBILIZAR O ACESSO ONLINE DAS PROPOSTAS DE DELIBERAÇÃO E DOCUMENTOS EM DEBATE, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da Moção referida em título e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e três votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, cinco do Partido Socialista, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, que se adote, logo que possível, as medidas necessárias para que todos os munícipes passem a ter acesso, com o respetivo edital, à documentação e propostas de deliberação agendadas na ordem de trabalhos, através da colocação online no sítio eletrónico www.am-oeiras.pt. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.3.9.1. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “O PSD votou favoravelmente esta proposta, porquanto a considera importante para a publicitação dos trabalhos desta Assembleia, mas sem deixar de recordar que será necessário, de facto, sob pena de poder vir daí responsabilidades para os órgãos, um respeito integral de

todos os dados das pessoas envolvidas, caso os mesmos sejam colocados em crise, de acordo com o RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).” -----

4.4. A Senhora Deputada Celeste Dâmaso (IN-OV) disse o seguinte:-----

-----“Ao longo destes dois anos substituí vários deputados da Assembleia, uma vez que era a primeira suplente. Tentei substituí-los o melhor que pude e sabia, dignificando o grupo a que me orgulho de pertencer. -----

-----Quero agradecer a todos a simpatia e amizade com que fui tratada. -----

-----Hoje, inicio como membro efetivo desta Assembleia. Espero não vos desiludir e defender, com todo o meu empenho, os interesses de Oeiras e respeitar, como sempre o fiz, as decisões do nosso líder de bancada, em quem confio plenamente.” -----

4.5. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

-----“Muito obrigada Senhora Deputada, seja muito bem-vinda a esta Assembleia.” -----

4.6. O Senhor Deputado Salvador Costeira (IOMAF) referiu o seguinte:-----

-----“Vou procurar, nos três minutos e picos que tenho, ser sintético, mas falar naquilo que acho que tem grande importância, neste momento.-----

-----Em primeiro lugar, demonstrar a grande satisfação que nós devemos sentir, porque, finalmente, foi alcançado o célebre protocolo relativo à Casa da Pesca, e todo o resto que se inclui nessa proposta.-----

-----Depois, dizer-lhes que já vai em andamento muito razoável a obra do Centro da Vila de Oeiras que, no fundo, está implantada como se fosse um trapézio escaleno, da Rua Marquês Pombal, Largo da Boavista, início da Rua Heliodoro Salgado e início da Rua José Diogo da Silva. Vai ser um projeto, ou melhor, é um projeto extremamente importante, conheço muito bem o projeto e sei que vai ter importância decisiva naquela zona. -----

-----Depois, dizia-lhes que, finalmente, naquela zona onde era a célebre taberna e casa de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

comida do José Sales, na Rua Marquês de Pombal, foram retirados os andaimes do edifício contíguo que se enquadra no que já existia. Quero dizer que, do ponto de vista técnico, é um trabalho importantíssimo. A interação do objeto edificado com o conjunto existente foi amplamente conseguida, no meu ponto de vista, e aquela geometria da fachada principal, sendo uma geometria que reflete um desenho inovador, meus amigos, tem mesmo um cheirinho a Pombalinho. Parabéns à Câmara e aos técnicos que trabalharam neste projeto.-----

----- Depois, dizer-lhes que, finalmente, meus amigos, estou a sentir que o pedido que aqui fiz há um tempo vai ser realizado: a Rua da Junção do Bem vai ter o seu muro todo completinho e arranjado até ao posto de abastecimento de combustíveis. Sinto-me muitíssimo bem de ver a Câmara a fazer esse trabalho. -----

----- Finalmente, dizer-lhes que das três cores que aqui coloquei para a Rua Conde de Rio Maior, em Porto Salvo, aqueles muros que fizeram, e em boa hora, foi escolhido o amarelo. Que cor lindíssima, há uma nova luminosidade naquela Vila, sente-se uma inovação que traz até nós um sentimento de grande admiração, porque, realmente, aquela rua é hoje, sem sombra de dúvida, muito mais importante do que era antes. A luminosidade de toda aquela zona tem que ficar a perpetuar nas nossas lembranças.” -----

4.7. A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Salvador Costeira (IOMAF), assim como eu, é oeirense, nascemos em Oeiras. Resulta que perdoar-nos-ão, realmente, às vezes, algum entusiasmo que temos com obras que se fazem aqui, na nossa Vila. Este prédio que o Senhor Deputado Salvador Costeira (IOMAF) falou, foi a minha escola primária, aliás, quase todos andávamos ali, as pessoas moradoras...” -----

4.8. O Senhor Deputado Salvador Costeira (IOMAF) interrompeu para dizer o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, quero fazer um pedido a toda a Assembleia: tratem-me antes pelo meu nome, o nome que, realmente, constitui a minha personalidade, Salvador Martins.” ----

4.9. A Senhora Presidente da A.M. prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Muito bem. -----

-----Acontece que ele está muito feliz e eu também, e cheia de curiosidade de ver como ficou por dentro aquele espaço para onde, na realidade, fui com seis anos e de onde saí para ir para o liceu. Dali temos, como devem calcular, muitas recordações e é realmente com muito gosto que vejo, quando tiraram os tapumes, o bonito que está. Vamos ver, mas certamente estará muito bem. -----

-----O Senhor Presidente, Doutor Isaltino Morais, um dia, disse-me aqui, porque eu defendia qualquer coisa e dizia “não, eu como oeirense”, que ser oeirense não era carta de alforria, e tem toda a razão, e eu disse-lhe: “mas é a certidão de nascimento”, e é, realmente, por base da certidão de nascimento que nós sentimos esse entusiasmo e ficamos muito contentes, porque há muitos que, não tendo nascido em Oeiras como nós, sentem o mesmo entusiasmo que nós sentimos e, por isso, há quem tenha levado este Concelho para a frente e muito tenha feito por ele, e que é tão oeirense ou mais do que nós. Mas isto é um bocadinho do sentimentalismo.”

4.10. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Permitam-me que comece esta intervenção saudando todos os oeirenses pelo civismo demonstrado ao longo de todo o recente processo eleitoral, que culminou na mais baixa percentagem de abstencionismo no todo nacional. -----

-----Os oeirenses estão de parabéns e devem ser saudados por esse facto.-----

-----Uma especial palavra de apreço vai também para o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, desenvolvido no âmbito da adesão, em dois mil e dezasseis, do Município de Oeiras ao Pacto de Autarcas Integrado para o Clima e a Energia (PAICE), e apresentado neste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mesmo auditório no pretérito dia dois do corrente mês.-----

----- Recordemos que, através deste Pacto, as autarquias signatárias se comprometiam a reduzir as emissões de CO₂ (e, eventualmente, de outros gases com efeito de estufa) no seu território em, pelo menos, quarenta por cento até dois mil e trinta, nomeadamente, através de uma melhoria da eficácia energética e de um maior recurso às fontes de energia renováveis e aumentar a sua resiliência mediante uma adaptação aos impactos das alterações climáticas. -----

----- Neste contexto, o atual Plano tem como objetivo a construção de um território mais resiliente em sectores prioritários, abrangendo a Agricultura, a Biodiversidade, a Economia, a Energia, a Orla Ribeirinha, os Recursos Hídricos, a Saúde, a Segurança de pessoas e bens, sem esquecer, naturalmente, a Mobilidade e os Transportes. Parabéns à Câmara Municipal, parabéns aos seus técnicos -----

----- Quatro de outubro de dois mil e dezanove. É importante fixar esta data. Ela será, certamente, recordada no futuro, como uma data histórica no Concelho de Oeiras, prova materialmente demonstrada de que a persistência e a perseverança na luta pela concretização dos objetivos vale sempre a pena. -----

----- Ao cabo de várias décadas, o Estado Central cedeu finalmente. Cedeu à razão de quem ama o seu património e conhece a importância de que este se reveste para a construção da nossa identidade cultural. Cedeu na inércia bafienta e indolente de quantos se julgam inamovíveis na poltrona dos seus poderzinhos, face à vontade tenaz dos que não desistem, dos que ousam, daqueles de quem o poeta dizia que “tudo vale a pena, quando a alma não é pequena.” - -----

----- Neste leque se enquadram todos os que contribuíram, individual e coletivamente, para hoje podermos afirmar: Finalmente temos jurisdição sobre a Casa da Pesca. Como, antes do

final do ano, esperamos ter sobre a Cartuxa de Caxias.-----

-----Ao longo das últimas décadas, desde os protestos e moções aprovados nesta Assembleia Municipal, até aos que juntaram o seu nome à petição Pública dirigida à Assembleia da República, muitos foram os que nunca desistiram.-----

-----Mas foi sobretudo o Município, na pessoa do seu Presidente Isaltino Morais, que nunca deixou esmorecer a chama que hoje erguemos com o maior entusiasmo.-----

-----Foi ele quem, especialmente nos dois últimos anos, insistentemente bateu à porta do Ministério da Agricultura, da Direção Geral do Tesouro e do próprio Primeiro-Ministro, para que hoje possamos manifestar a nossa alegria pelo facto de, com a responsabilidade da gestão patrimonial da ex-Estação Agronómica Nacional, onde se inclui a Casa da Pesca, a Cascata do Taveira, a Cascata do Ouro, a Casa do Bicho da Seda e o Pombal, com os seus terrenos adjacentes, podermos garantir que todos este património tem um futuro garantido. -----

-----A ele, pois, o nosso reconhecimento, já que conscientes do cumprimento da promessa por ele assumida relativamente à reabilitação deste conjunto monumental, à sua preservação e conseqüente disponibilização ao fruir dos cidadãos. Assim se compreende e justifica a visita, organizada pelo Município, a todo este espaço, aberta a toda a comunidade e orientada pelo próprio Presidente Isaltino Morais, no próximo sábado.-----

-----A ele a exigência de que prossiga para que o mesmo suceda com o Mosteiro da Cartuxa de Caxias, que a incúria do Estado Central e a inércia da Direção Geral do Tesouro mantêm em progressiva deterioração, exemplo acabado do aforismo relativo a quem nada faz, nem deixa fazer. Aqui, formulamos o voto de que a delonga na sua avaliação por parte da DGT não prolongue o atual estado de coisas e impeça a aplicação do acordo já assumido com o Ministério da Justiça.-----

-----Estamos certos de que os ventos da mudança, também neste caso, farão valer a sua



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

força, mudando as vontades e tomando novas qualidades. -----

----- Muita tem sido a atividade cultural desenvolvida em todo o Concelho desde que entrámos nesta fase outonal do calendário. E também não pretendo trazer a esta Assembleia o seu inventário, pois seria demasiado extenso. -----

----- Permitam-me, contudo, uma especial referência à exposição agora patente na Galeria Verney. A retrospectiva da obra do Mestre Lima de Freitas, abrangendo trabalhos das várias fases da sua evolução estética, política e humana, desde o neorrealismo até ao período das paisagens imaginárias, é um marco que ficará na história da Galeria Verney e na da atividade cultural de Oeiras. Lima de Freitas sobre quem Mestre Almada Negreiros afirmou poder ser o seu único herdeiro e continuador da obra, justifica uma aturada visita que aqui recomendo.-----

----- Finalmente, uma palavra para uma comemoração que considero fundamental. No próximo dia dezoito, completam-se duzentos e dois anos sobre a data em que o General Gomes Freire de Andrade foi enforcado junto ao Forte de São Julião da Barra, após um simulacro de julgamento.-----

----- Tratado como um facínora, teve como único crime o seu amor à Pátria e à Liberdade, num País órfão de rei, ausente no Brasil, e subjugado à tirania britânica de Beresford.-----

----- O Concelho de Oeiras, em cuja Vila não existe uma única rua ou praça que lhe perpetue o nome, deve-lhe uma homenagem condigna. Estamos seguros de que a obterá brevemente, em louvor à Liberdade de que, em Portugal, foi um ilustre precursor, porque todos estamos convictos de que «felizmente há luar.» -----

4.11. A Senhora Deputada Joana Silva (CDU) observou o seguinte: -----

----- “Congratulamo-nos com a conclusão, então, do dito Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e também com a sua conformidade com a estratégia Metropolitana e

com aquela que é a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas. -----

-----São propostas noventa e oito medidas de adaptação e mitigação decorrentes das vulnerabilidades e das fragilidades do Concelho. Mas também neste plano se alerta, entre outras opções estratégicas, para a necessidade de elevar as zonas urbanas mais expostas a cheias e inundações, ou de adequar os instrumentos atuais de gestão do Município a este novo patamar das alterações climáticas no futuro. -----

-----O que nós vínhamos inquirir, e uma vez que este plano ainda só agora foi concluído, é quando é que poderemos ter acesso ao plano na íntegra, e quando é que ele poderá ser discutido aqui, na Assembleia Municipal, porque faz todo o sentido, portanto, poderá vir a alterar também os instrumentos de gestão municipal, porque há aqui uma série de alertas que são referidos, nomeadamente, elevar as zonas urbanas mais expostas a cheias e inundações, e elevar a quota das infraestruturas viárias, falamos da Avenida Marginal e da linha ferroviária, e até que ponto é que estas medidas e sugestões aqui apresentadas não implicam que se revejam algumas das opções atuais, em termos dos instrumentos de gestão do território, nomeadamente, ao nível dos planos de urbanização e planos de pormenor.” -----

4.12. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte:-----

-----“Tendo em conta a aprovação da recomendação no que respeita à transmissão para a página da Assembleia Municipal da documentação anexa às convocatórias, vinha fazer um requerimento verbal à Mesa, no sentido de marcar uma reunião da Comissão de Acompanhamento do Processo Jurídico e Deliberativo, por forma a verificar-se a compatibilidade, já estive a ver aqui, dos artigos trinta e trinta e sete do Regimento da Assembleia.”-----

4.13. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Começo por referir o papel importantíssimo que os membros de mesa têm para que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

um processo eleitoral, como as eleições de seis de outubro, decorra com a normalidade e da forma de exemplo cívico como, efetivamente, ocorreram estas eleições. Não são só os cidadãos que vão votar, são também aqueles que prestam o serviço público de estar nas mesas, num trabalho que não é fácil, que é duro, durante tantas horas e que conseguem garantir, umas vezes de uma forma um bocadinho melhor, outras vezes um bocadinho pior, que o ato eleitoral se realize e, portanto, merece, da parte do Partido Socialista, uma palavra de apreço a todos os cidadãos e cidadãs que nele participam. -----

----- Senhora Presidente, na última Conferência de Líderes foi entregue a todos os líderes de bancada dois documentos da Câmara, um relativo à proposta de recomendação dos planos de pormenor aberto e participado em resultado de uma proposta de recomendação que aqui foi aprovada na Assembleia Extraordinária número dezassete, de dois mil e dezanove, e que, recorde, sugeria o alargamento, e foi aprovado por unanimidade desta câmara, do processo de discussão dos cinco planos de pormenor que estavam em curso na altura. A resposta dos técnicos da Câmara vai no sentido que, com o devido respeito, a proposta tem pouco sentido, porque não deveria ser na altura em que se está em processo de consulta pública, mas devia ser para a fase seguinte do processo de elaboração e de preparação dos planos. -----

----- Senhora Presidente, permita-me que lhe diga que me parece completamente desajustado este entendimento dos técnicos da Câmara, e também dizer que acho que inverteu-se um bocadinho os termos das coisas neste processo. Não são os técnicos da Câmara que devem dizer à Assembleia Municipal o que é que politicamente deve ou não deve ser feito, é a Assembleia Municipal que deve discutir aqui e dar orientações à Câmara que, se assim o entenda, e foi o caso, concorde, dê orientações aos serviços. Portanto, parece-me que há aqui uma inversão, vou-me ficar por aqui, mas acho que, para futuro, valeria a pena que esta matéria

não se repetisse nestes termos. -----

-----A segunda questão tem a ver com o célebre viaduto da Quinta da Fonte e aquilo que tem sido a nossa discussão aqui e, mais uma vez, acho que alguma coisa de estranho se passa, porque recebe-se um documento de vinte e sete de setembro assinado pelo Senhor Presidente a dizer que está tudo bem, está tudo conforme o projeto, não há perigo nenhum, está tudo normal, está a ser feita a monitorização vulgar neste tipo de obras e, portanto, está tudo a correr bem, mas a verdade é que a Câmara, no dia vinte e quatro, aprova uma proposta de trabalhos a mais apresentada pelo empreiteiro, dizendo que achava que era preciso estudos geológicos, que os terrenos não eram propriamente aquilo que se pensava que eram, e que está a haver escorregamento de terras nos taludes. Portanto, alguma coisa está errada aqui, ou é este documento do dia vinte e sete do nove que não está correto, ou então não se percebe como é que a Câmara aprova trabalhos a mais para fazer precisamente a resolução desta situação, e acho que a Câmara deveria ter cuidado quando manda para a Assembleia documentos, nomeadamente, sobre questões que aqui foram colocadas pelos deputados municipais, deveria ter cuidado para não entrar nestas incoerências. -----

-----Finalmente, em relação às legítimas aspirações que todos nós fomos manifestando ao longo dos tempos relativamente ao Convento da Cartuxa, à Casa da Pesca, etc., dissemo-las várias vezes que seríamos defensores, junto do Governo, das legítimas pretensões do Município de Oeiras, trabalhámos para isso, não andámos a pôr anúncios no jornal relativamente ao que fizemos ou não fizemos, mas a verdade é que concretiza-se, no entanto, aquilo que nós tínhamos garantido que iria ser concretizado, que era o primeiro Governo em quarenta e cinco anos que resolveria, finalmente, e por uma lei que também foi obra dele, as transferências de património para o Município de Oeiras. Não vale a pena nós criarmos um fantasma relativamente às matérias, sobretudo, quando sabemos que elas estão em fase de resolução e vão ser resolvidas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

a seguir. Aconteceu isso com o terrapleno de Algés, aconteceu isso com a educação, por exemplo, aconteceu isso com a Casa da Pesca e vai acontecer com a Quinta Real de Caxias, e vai acontecer com a Cartuxa, porque é um compromisso claro do Governo que, até ao final do ano, resolvia o problema. Portanto, acho que mais do que criarmos fantasmas para depois ficar com a sensação de que fomos nós que acendemos a luz e fizemos com que os fantasmas saíssem da sala, fôssemos mais objetivos, dizendo que, de facto, há um trabalho ao longo de muitos anos que agora tem concretização e que é resultado do trabalho, seguramente, do Senhor Presidente, dos Senhores Vereadores, mas também, se me permitem, do Governo, que foi quem criou os instrumentos legais para assim o acontecer. E tanto é assim que os cidadãos de Oeiras, a seis de Outubro, confiaram no Governo e nele votaram.” -----

4.14. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Eu que sou crente digo-lhe: Deus o oiça, porque no que diz respeito à Casa da Pesca, são vinte e cinco anos que eu oiço falar sobre o assunto, ou mais. Mas, pelo menos, vinte cinco anos... Resolveu, mas demorou muito, e agora muita coisa não tem remédio, porque os frescos da Casa da Pesca já foram, não é? -----

----- Portanto, enfim, é como eu digo: eu que sou crente, Deus o oiça, tenhamos fé que sejam as outras as resoluções. -----

----- Peço desculpa, não devia fazer comentários, mas às vezes não me consigo conter.”---

4.15. A Senhora Deputada Carolina Tomé (IOMAF) referiu o seguinte:-----

----- “É a propósito do Festival Língua Mãtria, que decorreu entre setembro e outubro deste ano no nosso Município, e quero felicitar a Câmara Municipal de Oeiras, e em particular o Senhor Vereador da Educação, por ter aderido à iniciativa a qual se veio a revelar bastante interessante, oportuna e enriquecedora, quer para as comunidades locais, quer para as

comunidades escolares. -----

-----Esta atividade surgiu através de uma parceria entre a promotora Booktailors e a Câmara Municipal, que a expandiu depois e a fez chegar às bibliotecas municipais, às bibliotecas escolares e a outros locais, como o Templo da Poesia. Entre uma vasta gama de atividades que faziam parte do programa, saliento a vinda de escritores e de ilustradores às bibliotecas escolares, para realizarem sessões com os alunos, uma iniciativa que se considerou bastante enriquecedora, do ponto de vista das aprendizagens educativas, na promoção do gosto e na motivação pela leitura e, também, no desenvolvimento das literacias. -----

-----Por estes motivos sugerimos que a Câmara Municipal dê continuidade a este projeto, mantendo esta parceria e o envolvimento com as escolas.” -----

4.16. O Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) observou o seguinte: -----

-----“Os privilegiados e os “anti privilegiados” de Oeiras. -----

-----Na última reunião da Assembleia Municipal fui acusado de ser um privilegiado e de não acompanhar a elevação social das pessoas que, efetivamente, são carenciadas. -----

-----Com essas afirmações, o Vice-Presidente da Câmara pretendia demonstrar que ele próprio não é um privilegiado. -----

-----Certamente, não terá dificuldades em que se tornem públicas as suas próprias dificuldades. -----

-----Em onze de novembro de dois mil e dezasseis, obtive um contrato de aquisição de serviços com a Câmara Municipal de Oeiras, mais concretamente o contrato número zero nove barra dois mil e dezasseis, aliás, obtido por ajuste direto, através do qual recebi, durante quarenta e oito meses, cinquenta e cinco mil seiscientos e oitenta euros. -----

-----Certamente viria trabalhar todos os dias úteis e até alguns sábados, domingos e feriados. --- -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Mas o que fazia antes? Será que estava desempregado? -----

----- Em quinze de janeiro de dois mil e treze, foi publicada no Boletim da República de Moçambique, terceira série, número quatro, a criação de uma sociedade comercial designada “Messa Energia - Import e Export, Limitada”, em que um dos sócios tem o nome de Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara de Oeiras sabe quem é este senhor? Sabe-se que o Senhor Emanuel Gonçalves tem apetência por negócios em países de expressão portuguesa. Também se diz que tem necessidade de casa, pois a sua não é das melhores. Será que a Câmara não lhe vai atribuir uma? -----

----- Quanto aos meus privilégios reafirmo que vivi dos rendimentos do meu trabalho e há oito anos, vivo da pensão. Pago os meus impostos, sejam eles IRS, IMI, IUC. O contrário acontece com pessoas que conhecemos. Espera o Bloco de Esquerda que o assunto fique arrumado hoje. -----

----- Se quiser continuar a atirar mais tiros para os seus pés, podemos continuar este debate noutra ocasião.” -----

4.17. O Senhor Deputado Orlando Tavares (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em primeiro lugar, os meus fraternos cumprimentos. -----

----- Em segundo lugar, permitam-me, ainda que muito resumidamente, fazer o ponto da situação daquilo que, pessoalmente, perceciono como o balanço dos principais resultados decorrentes das ações desenvolvidas pela Autarquia, no decurso dos dois últimos anos. Assim, setorialmente, destaco: -----

----- A Educação - é já notório o alcance da eficiência das reformas iniciadas ou, nalguns casos, já completamente introduzidas. Só não digo concluídas, porque entendo que a Educação é

um processo dinâmico e, conseqüentemente, ela própria está em permanente readaptação aos fenômenos socioeducativos e culturais dessa nossa sociedade contemporânea, ainda por cima, agora tão exposta aos fermentosos desafios das novas tecnologias, também comunicacionais, próprias que vivenciam as gerações deste início do século XXI; -----

-----A Habitação - é igualmente notória a diferença, obviamente pela positiva, pois, a rapidez e, sobretudo a simplificação inerente à razoabilidade das soluções que vêm sendo encontradas, espelha a coerência e bondade das medidas de políticas adotadas também nesse domínio crucial da nossa vivência coletiva, mormente no seio das comunidades que enformam o nosso Município. E aí, inclusive, recomendo que se prossiga nesta direção, porquanto o caminho deve ser verdadeiramente este, isto é, o da inclusão e jamais o da “guetização”; -----

-----Juventude e desporto - embora não fujamos à regra em termos do peso da população sénior, no cômputo geral da população do Concelho, devido essencialmente ao fenómeno generalizado da diminuição da natalidade e à medida que se eleva a qualidade de vida, felizmente que ainda temos uma taxa de fertilidade e conseqüente natalidade relativamente boa, sobretudo quando comparada ao nível nacional. Isto deve-se, fundamentalmente, à particular especificidade da sua população que rejuvenesce num ritmo superior à média nacional, graças à presença de uma razoável comunidade imigrada em idade de procriação. Ora, havendo no Concelho uma boa capacidade socioeconómica e cultural para se procriar, associada a uma igualmente boa e adequada política habitacional, educativa e desportiva, então estão criadas as condições basilares para termos uma juventude genericamente saudável e desportiva. Aliás, felizmente, a prova disso é o patamar que temos vindo a alcançar praticamente em todas as modalidades, quer ao nível das competições nacionais, quer as internacionais; -----

-----O Ambiente - se este já era dos domínios em que constituía uma das nossas maiores vantagens comparativas e competitivas, inclusive, ao nível da nossa Área Metropolitana, ele vem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sendo reforçado qualitativamente, a olhos vistos, pois a evolução é notória, quer no capítulo do saneamento, enquanto processo de recolha e tratamento automatizado resíduos sólidos urbanos, hospitalares e industriais; no reaproveitamento e reutilização das águas residuais e pluviais; na requalificação e modernização urbanas para alargar, dinamizar e qualificar a mobilidade, principalmente dos detentores de alguma forma de deficiência de locomoção e, em segundo lugar, para recriar os necessários e condignos espaços verdes, praças e parques de diversão e convívio para todas as gerações, mas prioritariamente para as crianças e adolescentes e também para os idosos e deficientes locomotivos; -----

----- A Segurança Pública, também é outra das áreas em que o nosso Município é uma referência nacional, pese embora, também, aqui não haja perfeição, se é que ela existe nalguma parte do território nacional, pois, as medidas de política definidas e que vêm sendo adotadas neste domínio, no quadro da estreita cooperação institucional, que é imperativo existir entre as entidades nacionais e municipais, quer sejam as relativas à abrangência territorial e à metodologia de intervenção associada ao critério de proximidade de atuação dos agentes da autoridade têm-se revelado, com base nos resultados apurados, ajustadas às necessidades e especificidades do nosso Município; -----

----- A Proteção Civil é igualmente uma das nossas áreas prediletas, sobretudo quando comparada com os demais Municípios da nossa zona limítrofe. Enquanto temos seguramente dos melhores bombeiros voluntários do País, mormente os talhados em termos da dimensão, capacidade e apetrechamento para atuar em meios fundamentalmente urbanos; -----

----- Cooperação - denota-se um incremento qualitativo de cooperação, particularmente com os países do espaço da CPLP, intervindo nas áreas do reforço da modernização e qualificação institucional das Administrações Públicas, na capacitação dos agentes das

Administrações Locais, na propulsão de ofertas formativas de vários níveis, quer realizadas localmente, quer aqui no Concelho e/ou no País, disponibilização de meios técnico-operacionais de apoio ao transporte de doentes e água potável para as comunidades isoladas, assim como de veículos, materiais e equipamentos próprios para o reforço da capacidade locais da proteção civil e também da proteção e preservação do meio ambiente, etc.” -----

4.18. A Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV) observou o seguinte: -----

-----“O Projeto Mochila leve, soma e segue. No presente ano letivo, este projeto integrará oitenta e duas turmas, vinte e seis turmas do quinto ano de escolaridade, uma turma do sétimo ano de escolaridade, quinze turmas do ensino secundário, envolvendo assim três mil e cinquenta e oito alunos, duzentos e cinquenta professores, vinte e cinco estabelecimentos de rede pública. Um projeto absolutamente inovador, um projeto de referência, já pensado e vamos dizer em “benchmarking”, com outros municípios. Oeiras vem assim a cumprir o seu objetivo de ter uma educação de excelência, de acabar com o paradigma do professor analógico e o aluno digital e, ainda nesta linha de ter os melhores alunos do País, no sentido de garantir a igualdade de oportunidades, vai o Município, subsidiar e oferecer cento e cinquenta bolsas de estudo para o ensino superior para todos aqueles que não tiveram hipótese. -----

-----Uma palavra ainda para o Aquário Vasco da Gama, um dos mais antigos do mundo e mais uma vez para o papel preponderante da Câmara Municipal de Oeiras, prevendo atribuir quinhentos mil euros para a recuperação de um dos tanques, com o princípio de ser o Aquário Vasco da Gama, um espaço âncora de atividades no contexto do Programa Educa, promovendo programas para a literacia dos oceanos e a fauna marítima. -----

-----Definitivamente, a promessa de ter os melhores alunos do País, cumpre-se.” -----

4.19. O Senhor Deputado Joaquim dos Reis Marques (PS) referiu o seguinte: -----

-----“Ainda bem que o Senhor Presidente cá está, porque eu não podia deixar de lhe



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

lembrar, que uma vez até me perguntou se já tinham mudado a placa, e eu antes de vir para esta Assembleia, tive o cuidado de lá passar no local, e como vou estar ausente, com certeza, por uns tempos desta casa, mas não sairei a quatro, fiquem descansados que ainda não vou sair a quatro.-

----- Portanto, passei hoje junto à prisão ao norte de Caxias e, houve uma vez que o Senhor Presidente me disse, fui lá e a placa ainda lá estava. Hoje, antes de vir para aqui, passei lá, a placa já lá não está, de facto. E tenho pena é que a Senhora Ministra da Justiça deixe de exercer as funções de Ministra, sem a placa lá estar.”-----

4.20. O Senhor Deputado Daniel Branco (CDU) disse o seguinte: -----

----- “Vieram aqui e foram já colocados nesta Assembleia, por grupos de moradores, dois problemas que são de índole muito análoga e que penso que era importante que a Assembleia se pronunciasse sobre eles, e a sério. -----

----- O primeiro é aquela história de Caxias, da passagem da Via Longitudinal Sul junto a prédios, com os problemas que levanta. Fui ao local e andei a verificar e, de facto, é muito complicado. Se não houver uma mudança de trajeto e as pessoas que compraram as casas não há muito tempo, são prédios relativamente novos, vejam passar, à porta, uma via que não sabemos sequer qual o tipo de escavações que vão começar a ser necessárias, mas fica, de facto, muito próximo. -- -----

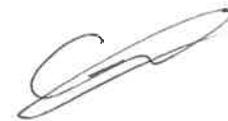
----- O outro problema foi aqui trazido pelo PS, e eu como não conhecia aquela zona, achei importante ir lá ver, e não me recordo como se chama o condomínio, mas é o condomínio do Alto da Fonte, uma coisa desse género, por trás do Oeiras Parque, e aquilo é, de facto, complicado, já levantei a questão com o Senhor Vice-Presidente, também já falei com o Senhor Presidente sobre isso, e ontem voltei a ir lá. Há, de facto, ali, um problema que eu acho que é um problema bicudo, porque quando os projetos são feitos, alguém da Câmara os vê e os aprova. E,

não percebo como é que um projeto daqueles pode ter sido aprovado. O desnível que há, vocês conhecem e também já lá foram ao sítio, entre onde vai passar a estrada e o tal edifício oito, mas não é só este edifício, eles estão todos pegados, é uma diferença de tal maneira elevada, que qualquer arquiteto ou qualquer engenheiro que esteja a analisar o projeto não pode dizer que o projeto está bom, permitir que a Câmara tome uma adjudicação e agora fique com “o menino nos braços”, aquilo é, de facto, um problema extraordinariamente difícil. Voltei a ir lá ontem, porque como choveu, fui à parte de baixo, à rotunda que está por cima do Centro de Congressos e, vê-se bem dali o que é que se passa. O PS levantou aqui a questão, que o eixo não podia passar por onde ele está, na parte de cima da estrada, eu já nem sequer discuto isso, não é possível é fazer a escavação necessária para pôr a estrada sem danificar o que lá está em cima, aquilo é extremamente complicado. -----

-----As pessoas que compraram os seus edifícios, gastaram os seus dinheiros, e daí a algum tempo tenham de vir aqui levantar problemas deste tipo, porque tecnicamente alguém viu as coisas de modo errado, põe-nos a todos em causa. E acho que é extremamente importante que estes assuntos sejam analisados numa outra perspetiva. Pode-se dizer que as pessoas já sabiam que lá ia passar um arruamento, elas sabiam, mas sabiam, também, de certeza absoluta, que as coisas estariam construídas de modo a que não fosse pôr em causa, as casas que compraram. E, as situações que há, neste aspeto, e penso que são situações muito complicadas, e convinha que nós tivéssemos uma outra forma de analisar estes problemas. -----

-----Era só isso que eu queria colocar no sentido de ver, inclusive, uma das coisas que eu acho que não seria sequer despiciendo, é que a própria Assembleia Municipal pudesse ir visitar estes locais para perceber as situações que se estão ali a colocar por quem não soube ver, como é que um projeto está a ser feito.” -----

4.21. O Senhor Deputado Nuno Gusmão (CDS-PP) referiu o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Muito rapidamente e apenas para dar nota de uma situação que foi, aqui, aflorada, esperemos que as próximas ações da parte dos organismos centrais, relativamente à transição de propriedades, seja o que for, relativamente ao que aconteceu na Casa da Pesca, não venham a demorar novamente até à antevéspera de uma nova eleição, porque fazer este tipo de coisas e permitir que seja só feita, precisamente numa sexta-feira, quando num domingo há eleições, esperemos é que a próxima não venha a demorar tanto assim. Se for por intervenção do PS local, muito bem, nada contra, agora se os senhores, localmente, puderem acelerar o processo, acho que ficávamos todos com muito gosto.”-----

4.22. O Senhor Deputado António Moita (IOMAF) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não era minha intenção produzir nenhuma intervenção neste período, mas o facto de ter assistido a uma intervenção que aqui se passou, leva-me a dizer o seguinte: -----

----- Estou nesta Assembleia, e o meu grupo está nesta Assembleia, com o único propósito de discutir e defender os interesses do Concelho onde, pertenço, e pelo qual luto há muitos anos.

----- A luta partidária tem que ter uma fronteira. E aqui essa fronteira foi claramente passada. Não aceito, enquanto membro desta Assembleia desde mil novecentos e oitenta e cinco, mas com especial intensidade a partir de dois mil e cinco, que juízos como os que foram aqui feitos possam voltar a acontecer. O espaço da luta partidária e da discussão dos problemas do Concelho é este, tudo o que transcenda a luta partidária e a discussão dos problemas do Concelho, não é aqui que se trata, tem outro fórum.-----

----- Não me constituo como advogado de defesa de quem quer que seja, nem do Senhor Vice-Presidente da Câmara, mas enquanto membro desta Assembleia, não posso deixar de dizer que assisti aqui a uma das intervenções mais tristes, que me foi dado assistir ao longo destes últimos anos.”-----

4.23. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) observou o seguinte:-----

-----“Ao longo da minha curta experiência parlamentar, nesta Assembleia, tenho constatado, com grande alegria, a dignidade e a elevação dos debates aqui travados. Sempre as diversas posições aqui assumidas, posições de exclusiva incidência política, se caracterizaram pela elegância mesmo quando entremeadas por uma certa ironia. -----

-----Hoje, lamento afirmá-lo, senti-me envergonhado nesta Assembleia. A insinuação, as meias verdades fora de contexto, o ataque pessoal sem contexto político, constituem armas inadmissíveis na luta política.-----

-----Assim, não posso deixar de repudiar, veementemente, em nome do grupo IN-OV, a última intervenção do Senhor Deputado do Bloco de Esquerda.”-----

4.24. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte:-----

-----“Apenas para dizer uma ou duas coisas: em primeiro lugar, estava ausente da sala no momento dessa intervenção, desconheço, de facto, o teor da mesma, mas pelas intervenções que me antecederam, vejo que algo de grave se passou. E quero dizer que o PSD se reserva o direito de sobre isso se pronunciar, depois de ler a ata desta Assembleia.”-----

4.25. A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

-----“Meus senhores, eu não vou fazer comentário sobre a intervenção que aqui foi feita, mas gostaria que não voltássemos a ter nesta Assembleia, intervenções deste teor, nós estamos aqui para debater assuntos de interesse para o Município, temos de nos respeitar e deveríamos continuar a fazê-lo. -----

-----Resulta que espero que não volte a acontecer nesta Assembleia, intervenções do teor daquela que tem sido objeto destes comentários.”-----

4.26. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

-----“Farei uma primeira intervenção, depois o Senhor Presidente seguirá respondendo às



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

respostas colocadas, depois da sua chegada à sala. -----

----- Tomo sempre por princípio que quando está um elefante na sala, devemos falar do elefante, portanto, relativamente à intervenção do Senhor Deputado Miguel Pinto (BE), dizer que toda a minha vida, particular ou pública, que deve ser do conhecimento de quem de direito, é. Se o Senhor Deputado tem curiosidade em relação à minha vida, basta consultar a declaração ao Tribunal Constitucional onde está toda ela exposta. Não tenho mais nenhuma questão a dizer sobre isto, a não ser que ao ouvi-lo recordei Bernard Shaw: “Aprendi há muito tempo que nunca deves lutar com porcos, ambos se sujam e o porco gosta.” Nada mais direi sobre aquilo que disse. -----

----- Quero dizer que comecei, esta tarde, a ouvir, com muito agrado, as declarações da Senhora Deputada Celeste Dâmaso (IN-OV) e do Senhor Deputado Salvador Martins (IOMAF). Sinceramente, estava a ouvi-los e a pensar que quem falou um dia da peste grisalha, devia vir visitar esta sala e assistir ao contributo cívico, que quer a Senhora Deputada Celeste Dâmaso (IN-OV), quer o Senhor Deputado Salvador Martins (IOMAF) têm dado e que hoje tão bem estiveram nas vossas alocações, nada tenho a acrescentar a não ser a agradecer as vossas palavras e dizer que, quer a Senhora Deputada, honra o seu posto, quer o Senhor Deputado Salvador Martins (IOMAF) honra, o nome do arruamento que vai carregar. -----

----- Dizer também, em relação à intervenção que foi feita pelo Senhor Deputado António Vicente (IN-OV), que as questões da Casa da Pesca e da Estação Agronómica Nacional serão tratadas pelo Senhor Presidente, mas sobre a exposição de Lima de Freitas, repetir aquilo que disse na minha intervenção no dia, que ao fim do dia, muitas vezes, nós estamos cansados quando temos que ir para estas inaugurações, eu estava um bocadinho cansado naquele dia, tinha sido um dia duro e pensava “que chatice agora vou ter que fazer aquilo”, mas, na verdade, e

como disse no dia, se entrei cansado saí da exposição de alma cheia. Convido os senhores deputados a estarem presentes, que é uma exposição notável, que marcará, com certeza, durante muito tempo a atividade cultural do Município de Oeiras, e creio que todos deverão conhecer. Portanto, continua na Galeria Verney, e quem estiver interessado, por favor, visite. Na altura da apresentação, o curador disse que Lima de Freitas seria no futuro encarado como um visionário, não tenho dúvidas que sim, a exposição é absolutamente extraordinária. -----

-----Sobre o General Gomes Freire de Andrade, agradecer também o que nos trouxe o Senhor Deputado António Vicente (IN-OV), de facto, o General Gomes Freire de Andrade ainda não foi devidamente evocado neste Município, ainda não foi devidamente respeitado pelo País, pelo seu papel de patriota e defensor da Pátria, numa altura tão complicada como aquela, naturalmente que, creio que o Senhor Presidente poderá falar sobre isto, também sobre a homenagem que o Município irá fazer ao General Gomes Freire de Andrade, portanto, deixo também para o Senhor Presidente. -----

-----Senhora Deputada Joana Silva (CDU), o Plano de Adaptação às Alterações Climáticas é não mais do que a constatação de uma realidade científica que todos devemos reconhecer. O mundo está a mudar, o tempo muda e, como tal, cabe a nós às sociedades adaptarmo-nos à mudança da conjuntura. Quer, tentando alterar hábitos para diminuirmos essas alterações, no que pudermos fazê-lo, quer adaptando a nossa vida às alterações climáticas, portanto, como nos disse, este plano vem alterar algumas possíveis decisões da Câmara, claro que quando a Câmara faz um Plano Municipal de Alterações Climáticas, o que pretende é exatamente ter um instrumento que nos permita decidir melhor perante essas alterações climáticas, portanto, naturalmente que vai influenciar as decisões. -----

-----Senhor Deputado Jorge Rato (PS) dizer-lhe com alegria, não está cá presente, mas eu digo que, apesar do Governo da República demorar muito para respeitar os membros das mesas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de voto, pagando o dia de trabalho, que o Município de Oeiras irá pagar antecipadamente e, ainda ontem foi assinada a ordem de pagamentos para ressarcir antecipadamente ou para pagar antecipadamente, aquele dia de trabalho e dedicação à comunidade. -----

----- O viaduto da Quinta da Fonte será falado pelo Senhor Presidente, a Estação Agronómica Nacional também, portanto, creio que não tenho mais nada a dizer.”-----

4.27. O Senhor Presidente da C.M.O. referiu o seguinte: -----

----- “Começo por uma questão colocada pelo Senhor Deputado Joaquim dos Reis Marques (PS), que também não está ou não o estou a ver, relativamente à placa da inauguração da homenagem aos presos políticos do Forte de Caxias. Realmente, no dia da inauguração, por lapso, eu próprio não tive a oportunidade de ver a placa, não há condições para ver tudo, e, até porque julgo que terá havido uma razão, não se tinha a certeza se a Senhora Ministra teria estado presente ou não e, portanto, a placa terá sido feito antes da confirmação da presença da Senhora Ministra e, imediatamente, julgo que logo no mesmo dia se mandou proceder à alteração da placa, demorou algum tempo, agora não sei se a placa é de cobre ou se é de bronze, mas alguém, com certeza, se encarregou de retirar a placa pensando, possivelmente, que a poderia usar. Iremos providenciar a construção de uma placa em granito. Diz-me a experiência que as placas em granito, ninguém as retira. De maneira que irei dar orientações nesse sentido, uma placa em granito que é para não haver problemas.-----

----- Relativamente ao Senhor Deputado Daniel Branco (CDU) que apresentou duas questões, uma, erradamente dito, sobre o viaduto da Via Longitudinal Sul, porque, realmente, não se trata de viaduto nenhum, a estrada que vai passar entre o lar da terceira idade e as traseiras dos prédios de Laveiras, ou seja, abaixo da cota da própria garagem dos prédios nas traseiras, por onde não há nenhuma entrada, passa, como digo passa a estrada, não é viaduto nenhum e,

portanto, muito mais grave é passar, não abaixo da cota das garagens, passar à frente das casas de entrada de todos os moradores de Caxias, daquela localidade que, naturalmente, vai perturbar centenas, senão, milhares de pessoas. Portanto, aí sim, vai perturbar a atual estrada por onde passa, mas esse é um facto, atenção, consumado. Não haja dúvidas, a estrada vai-se fazer, é obvio, está prevista há muitos anos, é feita agora porque há recursos para fazer e, portanto, naturalmente, tantas vezes que clamam em termos ambientais, do ponto de vista ambiental, esta é uma medida absolutamente sanitária, porque vai criar condições para dar tranquilidade a centenas de pessoas, cuja rua confina diretamente para a estrada, obviamente, para a rua por onde passa todo esse tráfego e que irá ficar, agora, confinado a uma cota de soleira das garagens, não havendo qualquer ruído para os moradores que vivem ao nível do primeiro andar. Portanto, de facto, do ponto de vista ambiental, esta é uma medida extraordinária e, portanto, não deixa de ser estranho que haja preocupações sobre esta matéria. O projeto está numa fase muito adiantada, falta fazer o estudo de tráfego, está pronto e prestes, julgo, a ser entregue e espero que, durante o mês de novembro, a Câmara Municipal possa, justamente, não é como sabem, do ponto de vista legal, obrigatório, mas dada a polémica que tem suscitado e os moradores que aqui têm vindo, a Câmara irá trazer, a esta Assembleia Municipal, o projeto e todos os estudos inerentes a esta Via, portanto, durante o mês de novembro, já posso dizer que estará presente aqui na Assembleia Municipal para conhecimento de todos. -----

-----Relativamente à Quinta da Fonte e ao Viaduto da Quinta da Fonte. Quanto a esta matéria, também lamento todas estas questões que são suscitadas, faz sentido, as pessoas preocupam-se, etc., mas o que quero-vos dizer que devo transmitir a maior tranquilidade, porque ainda na semana passada, de resto, o Senhor Deputado Jorge Rato (PS) também me falou nisso, várias pessoas vão-me falando nisso, e como calculam, obviamente, que procuro junto dos serviços técnicos da Câmara, da Engenharia Civil, saber qual é então a situação. E como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

calculam, eu próprio já fui lá também, e o recado que os engenheiros da Câmara me transmitem, os engenheiros civis e a fiscalização, é que não há qualquer problema está tudo bem e quem sou eu para estar a duvidar daquilo que os engenheiros civis, responsáveis, fiscalizadores da obra, me dizem. Portanto, da parte da Engenharia Civil, da parte dos engenheiros civis, caso contrário, é estar a pôr em causa a incompetência ou a competência dos técnicos da Câmara Municipal, engenheiros civis. -----

----- Senhor Deputado Daniel Branco (CDU), não tenho razões para pôr em causa a competência dos técnicos da Câmara, nem posso fazer mais do que isto, os engenheiros responsáveis pela obra dizem que está tudo bem, se está tudo bem é o que eu tenho a transmitir a esta Assembleia Municipal. É isto que tenho a transmitir, da parte da engenharia está tudo bem, está tudo a ser acompanhado e, também, ao contrário, senhores deputados, eu não posso dizer mais do que isto, os engenheiros responsáveis por esta obra, transmitiram-me a maior tranquilidade, a obra está a decorrer nos termos normais, tecnicamente acompanhada e, ao contrário do que aqui se diz, não está sequer perto dos prédios, passa perto dos logradouros dos prédios, portanto, não está perto dos prédios, está perto dos logradouros dos prédios, e nalgumas partes o logradouro está a mais de setenta metros do prédio, portanto, quer dizer, é disto que estamos a falar. E, não posso dizer mais do que isto, não vale a pena, os senhores deputados podem insistir. A engenharia da Câmara, a fiscalização da obra diz que está tudo correr bem, se tudo está a correr bem e é o que eu posso dizer, não posso dizer mais do que isto. -----

----- Relativamente ao Senhor Deputado Nuno Gusmão (CDS-PP), e ISSO permite-me transmitir aqui a esta Assembleia, os fluxos positivos que nos devem animar e a grande alegria que, realmente, este Município não pode deixar de transmitir. Refiro-me, naturalmente, à Estação Agronómica Nacional, de alguma forma, as pessoas tomam a parte pelo todo e referem-se à Casa

da Pesca, esta é uma pequeníssima parte do que está em jogo. A Casa da Pesca faz parte de um conjunto arquitetónico paisagístico da Quinta de Cima do Marquês de Pombal e que envolve a Casa da Pesca, a Cascata do Taveira, a Cascata do Ouro, os painéis de azulejos, a Casa do Bicho-da-Seda, o Pombal e, naturalmente, todo o património paisagístico constituído pela Ribeira, etc.. Sobre esta matéria, eu sei que todos querem levar a camisola. Todos foram importantes, menos a Câmara Municipal. Toda a gente foi responsável por esta questão, a Câmara é que não teve responsabilidade nenhuma nisto, mas agora vamos fazer um pouco de História, porque há dias eu anunciei que tinha assinado o acordo e aparecerem logo umas pessoas a dizerem que, até saiu aí a petição, nós, a Câmara nem se lembrava disso, de quatro mil munícipes que, realmente, subscreveram a necessidade de “não sei o quê, tal e tal”, é verdade. Tudo isso é importante, mas vamos à História: nos anos oitenta, em meados dos anos oitenta, a Casa da Pesca, apesar de tudo ainda estava num estado razoável e por isso mesmo faziam-se lá espetáculos, junto ao tanque, e à Cascata do Taveira, muita gente não sabe, mas, curiosamente, a Amália Rodrigues, que a seguir ao Vinte e Cinco de Abril é considerada fascista por muito boa gente, a primeira vez que fez um espetáculo público a seguir ao Vinte e Cinco de Abril foi, justamente, na Casa da Pesca, foi o seu espetáculo público depois do Vinte e Cinco de Abril, foi na Casa da Pesca, e por lá passaram muitos outros que estavam na moda na altura, recorde-me do Frei Hermano da Câmara, a Marisa que estava a dar os primeiros passos e, portanto, passaram por lá, realmente, artistas de primeira água. Acontece que aquilo foi-se degradando e a Câmara Municipal há mais de vinte e cinco anos que vinha chamando à atenção dos sucessivos governos, diretamente aos Primeiros-Ministros, para não falar, naturalmente, da antiga Estação Agronómica Nacional e mais tarde do INIAV, para a necessidade de haver ali uma intervenção, porque caso contrário, degradava-se tudo. Entretanto, a Câmara Municipal comprou o Palácio dos Marqueses e os Jardins à Fundação Calouste Gulbenkian, e começou a fazer intervenções, que têm vindo a ser feitas e que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

continuam a ser feitas. Neste preciso momento estão a decorrer obras de um milhão e meio de euros, no Palácio do Marquês, porque uma instalação daquelas, não é por acaso que estes equipamentos, estes edifícios culturais, património cultural ao longo de todo o País, estão a ser degradados quando se mantêm na posse do Estado, porque, na realidade, o Estado não cuida e, portanto, vão-se degradando até que chega o momento de degradação total e depois, claro, a tendência da Direção-Geral do Tesouro é vender, vender para ver se faz lá qualquer coisa, um hotel ou outra coisa qualquer, é isso que tem acontecido um pouco por todo o País. E, portanto, ao longo destes vinte e cinco anos, a Câmara Municipal propôs protocolos aos diferentes Ministros da Agricultura, aos diferentes Primeiros-Ministros, à Direção-Geral do Tesouro, propôs tudo. A verdade é que tudo isto foi inglório, com todos os governos, nunca conseguimos realmente chegar, apesar de ter protocolos praticamente prontos e houve, protocolos com a Estação Agronómica Nacional e com o Ministério da Agricultura, por exemplo, a vinha foi um protocolo que se fez em noventa e oito, noventa e nove, no sentido de a Câmara Municipal tomar conta da vinha, para poder levar por diante o Vinho de Carcavelos e que, naturalmente teve sucesso. Quando a Câmara fez obras no Palácio do Marquês e nos Jardins do Palácio do Marquês, etc., apresentava, como exemplo, dizendo ao Governo e aos ministros, “os senhores vejam bem como está o Palácio Marquês e como poderá estar parte de cima, se fosse entregue à Câmara Municipal.” Aliás, lembro-lhes que ainda ontem, por exemplo, na RTP Dois passou um documentário sobre o Palácio do Marquês, e quem é de Oeiras não pode ter deixado de sentir um orgulho extraordinário, porque aquela reportagem passou e as pessoas ficaram encantadas com o que viram, mas não era assim que estava. Se a reportagem tivesse sido feita há dez anos, ficariam surpreendidos, porque não viam nada daquilo. Há dez anos atrás, por exemplo, não havia casa de jantar, estava completamente cheia de humidades, com os tetos a cair, porque tinha sido a

Biblioteca do Instituto Nacional de Administração e, portanto, biblioteca, isto é, “vírgula”, armazém de livros e, portanto, obviamente que tudo aquilo estava destruído, tudo aquilo foi recuperado pela Câmara Municipal e, portanto, aquelas imagens lindíssimas que viram da capela, dos tetos, etc., tudo aquilo já foi restaurado pela Câmara Municipal e, portanto, nós tivemos oportunidade de dizer aos sucessivos governos, “vejam bem, o que a Câmara quer fazer na Quinta de Cima, é o que está aqui no Palácio e Jardins do Marquês de Pombal”. -----
-----E, portanto, isto para dizer que, há muitos anos, há décadas, se a Casa da Pesca o teto caiu, porque caiu mesmo e, portanto, essa parte já é irrecuperável, e para ser recuperada agora vai ter que ser feito através de fotografias existentes daquele património, portanto, é indiscutível que este acordo devia ter sido feito há muitos anos. Felizmente, na sexta-feira, dois dias antes das eleições, aliás, eu quero-vos dizer que me dispus a assinar, nem que fosse do dia da eleição, nem que fosse no domingo, eu estava disponível para assinar em qualquer altura. Na quarta-feira, realmente, devo dizer que tencionava lançar uma campanha que estaria na rua na terça-feira, estava tudo pronto, muito agressiva, mas dentro dos limites da cordialidade, digamos assim, chamando à atenção para a forma como estava, por razões de lealdade, tive o cuidado de remeter ao Senhor Primeiro-Ministro aquilo que íamos fazer e, portanto, esta é a história toda. Se foi decisivo ou não, o que mandei ao Senhor Primeiro-Ministro, para mim é-me absolutamente indiferente, o que é importante e é isto que eu tenho que dizer nesta Assembleia Municipal, isso é que é importante. Devo dizer, já agora, que estão todos convidados, para no dia dezanove a partir das três da tarde, estarem presentes no parque de estacionamento do Palácio do Marquês visto que, a partir dessa hora, vai ser realizada uma visita a todo o património da antiga Estação Agronómica Nacional, que transitou para a gestão da Câmara, em que os oeirenses vão ter a oportunidade de ver o estado em que está e depois daqui a um ano vão voltar lá, e vão ver o estado em que está daqui um ano, daqui a dois anos voltarão lá e verão como é que é, uma coisa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

eu vos posso dizer, vem aí o inverno, vem aí a chuva, garanto-vos que quando começar a chover, apesar do acordo ter sido feito na sexta-feira, já há de estar lá um telhado provisório na Casa da Pesca, uns andaimes adequados e tal, para impedir que a chuva provoque mais danos do que aqueles que lá estão e, portanto, isto demonstra bem que a Câmara Municipal é, de facto, a única entidade capaz de salvaguardar este património, quando digo a Câmara Municipal, digo as câmaras municipais deste País porque, felizmente, há excelentes exemplos por esse País fora, de câmaras que preservam o Património. -----

----- Mas voltando um pouco atrás, o que eu quero dizer é que devemos fazer justiça quando ela é merecida. Dizer que este acordo foi tardio, é uma banalidade. Já era tardio há vinte anos. Não era mais tardio, com certeza, há dez, há cinco, por aí fora. Que qualquer governo nos últimos vinte anos sabia o que se estava a passar, sabia e nada fizeram. Portanto, a verdade é esta: despido de qualquer preconceito de natureza ideológica, eu quero vos dizer que o Município de Oeiras, não é reconhecido, porque, na realidade, nós vamos substituir-nos ao Estado, naquilo que o Estado deveria fazer. Nós vamos investir oito milhões de euros na recuperação de Património Nacional que é do Estado, porque este acordo o que faz é a transferência de gestão do Tesouro para Câmara Municipal, portanto, um tesouro que o Tesouro não soube salvaguardar, portanto, nós não temos que estar propriamente reconhecidos, não temos estar aqui, não é nenhum favor, atenção, mas temos é que expressar a nossa satisfação, pelo facto de, finalmente, haver um Governo e foi este que está, o Governo do Partido Socialista que entendeu que era chegada a hora de transferir este Património para a Câmara e, portanto, diga-se o que se disser, realmente o acordo foi assinado por mim e por, julgo, pelo Senhor Diretor-Geral do Tesouro na sexta-feira antes das eleições, eu diria que tivessem sido as eleições mais cedo se, porventura, se deveu às eleições. Mas com eleições ou sem elas, o que importa é que o acordo

está feito e quero, naturalmente, deixar aqui uma palavra de satisfação e de, custa-me dizer aqui “reconhecimento”, porque reconhecimento é uma coisa esquisita... De reconhecimento sim, de agradecimento é que não. Mas, de reconhecimento ao próprio Primeiro-Ministro, porque sei que estive metido nisto, sem a sua intervenção, possivelmente, não teríamos assinado este acordo. Mas, mais ainda, também estou certo que até ao fim deste ano, iremos assinar o acordo para a gestão do Convento da Igreja e Convento da Cartuxa que, naturalmente, para já vai implicar um investimento de quatro milhões de euros por parte da Câmara, mas vai determinar também um aproveitamento por parte da Câmara, daquele espaço, daquelas instalações, que são significativas, permitindo ao Município de Oeiras, com estes dois equipamentos, não tenho qualquer dúvida em afirmá-lo, dirão os “Velhos do Restelo”: “lá está o Isaltino a exagerar”, mas, na realidade, nós iremos ficar com um conjunto patrimonial único a nível deste País. Naturalmente, nós nunca nos comparamos com Lisboa, mas estamos aqui mesmo ao lado e, portanto, nós vamos ter condições de desfrutar do maior parque, porque quero dizer que no caso da Estação Agronómica Nacional não irá haver qualquer intervenção em termos de construção civil, nova, mas vai haver obviamente, restauro. Portanto, a Casa da Pesca vai ser restaurada, os painéis de azulejo vão ser restaurados, a Casa do Bicho-da-Seda vai ser restaurada, a Cascata do Taveira vamos procurar consolidá-la, a Cascata do Ouro a mesma coisa, o Pombal vai ser devidamente restaurado, mas construção civil nova, não vai haver e, portanto, não sei se estão a imaginar, coloquem-se no portão do atual parque de estacionamento do Palácio do Marquês, olhem na direção da Casa da Pesca, aquela alameda principal, a ribeira do lado direito e depois uma outra alameda que dá acesso à Casa da Pesca, é fácil de imaginar que temos a oportunidade de fazer ali um parque único neste País, realmente temos condições e se juntarmos ao Parque dos Poetas, já tive a oportunidade em falar nisso aqui, nós iremos ficar em Oeiras, indiscutivelmente, com o maior parque urbano naturalizado deste País. Portanto, ainda bem que aconteceu, se vier o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Convento da Cartuxa, reparem, através do Parque dos Poetas, Parque das Perdizes, Quinta do Torneiro, Pedreira Italiana, Lameiras da Cartuxa, terrenos do Convento da Cartuxa, Paço Real de Caxias, Praia de Caxias. Ficamos com um “U” a ligar a Praia de Oeiras à Praia de Caxias pelo interior, portanto, estamos a falar de um mega parque, extraordinário, que vai ser estruturante de praticamente metade do nosso território. -----

----- De maneira que, neste momento, não posso deixar de expressar aqui uma palavra de contentamento e de reconhecimento ao Governo do Partido Socialista que, realmente, em boa hora entendeu fazer este acordo com a Câmara Municipal e quando chegar o Convento da Cartuxa mais satisfeitos vamos ficar. Aliás, quero dizer que, também na semana passada, assinámos um outro acordo com o Ministério da Defesa para a gestão do Forte do Areeiro, onde é propósito do Município, levar por diante um centro de interpretação das Fortificações de Defesa da Costa, e que irá ficar, justamente, no Areeiro. Mas, quero-vos dizer também, e isso foi assinado na semana passada, que também ontem tive a oportunidade de visitar o Forte das Maias, que é o segundo maior Forte aqui do nosso Concelho, o primeiro é o Forte de São Julião da Barra, o segundo, é o Forte dos Maias, que está num estado de grande degradação, tem o Forte propriamente dito, mas tem no interior algumas salas, ao nível do rés-do-chão e primeiro andar, e depois tem um anexo, onde passavam férias as “meninas de Odivelas”, portanto, na altura em que havia o Colégio de Odivelas, e está abandonado também há uns tempos, entretanto, foi entregue ao IASFA, que pretende realmente valorizar também aquele espaço e ontem tive a oportunidade de fazer lá uma visita com o Diretor do IASFA, e estamos, neste momento, a desenvolver o conceito que pretendemos levar por diante. A ideia é que a Câmara Municipal fique também com aquele Forte. Vamos ver o que é que vamos fazer lá, porque, realmente, tem uma capacidade diferente, por exemplo, do Forte de São Bruno, que é um forte pequenino, só

tem duas salas com quinze metros, cada uma, aqui estamos a falar de uma área útil, que provavelmente ultrapassa, julgo eu, à vontade, os trezentos metros quadrados, portanto, já é um espaço significativo, que pode ter uma atividade cultural adequada, e depois vamos ver o que é que no anexo, eventualmente, o IASFA, poderá fazer ou não. De qualquer maneira, está tudo bem encaminhado, Forte do Areeiro já está na Câmara, Estação Agronómica Nacional está na Câmara, Convento da Cartuxa e Igreja, esperemos que até ao fim do ano esteja resolvido e, estou convencido também que este Forte das Maias irá ser entregue à Câmara Municipal, portanto, significa isto, se tudo acontecer durante o Governo do Partido Socialista, só tenho a dizer bem, quem nos faz bem, nós dizemos bem. -----

-----Agora, podem levar todos a camisola, não há problema nenhum, o que é importante é que, se cada um contribuiu e cada um daqueles que contribui bem-intencionados para este objetivo, ele chegou a bom termo, quem ganhou foram os oeirenses. E os oeirenses, daqui por um, dois, três anos, vão expressar o seu reconhecimento também.” -----

4.28. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

-----“Senhores deputados, tenho três inscrições. Mas qualquer dos senhores já ultrapassou, aliás, o Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) é o único que tem quarenta e um segundos. Resulta que vou dar um minuto a cada um, vou pedir-vos que sejam, realmente, precisos para não atrasarmo-nos mais.” -----

4.29. O Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) referiu o seguinte:-----

-----“A minha intervenção hoje feita aqui não caiu do céu. Portanto, é o resultado das afirmações que foram feitas na última Assembleia Municipal sobre os meus privilégios, e admiro-me que algumas pessoas tenham mostrado indignação, quando na última reunião já o deviam ter feito.-----

-----Da minha parte, desde que não volte a haver intervenções deste tipo, o assunto está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

encerrado.” -----

4.30. A Senhora Deputada Joana Silva (CDU) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Era só para precisar que na minha intervenção, a questão era, um pedido explícito para a entrega na Assembleia Municipal, do Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, entrega e discussão. E isto, confirmando também que algumas das conclusões a que se chegou, e interferem com as atuais decisões estratégicas e instrumentos de gestão territorial do Concelho.” -----

4.31. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) disse o seguinte:-----

----- “Senhor Presidente da Câmara: o que eu disse e repito, é que a vinte e sete do nove, nós recebemos uma informação técnica dizendo que está tudo bem com o Viaduto da Quinta da Fonte, mas a verdade é que no dia vinte e quatro do nove, em Reunião de Câmara foi aprovada uma proposta de deliberação número sete seis quatro de dois mil e dezanove, apresentada pela Senhora Vereadora Joana Baptista, em que é o empreiteiro que vem dizer que são precisos fazer trabalhos a mais, uma vez que os solos não são iguais ao que no estudo geológico seria expectável que fosse. Portanto, a questão que se coloca, e que nós temos alertado é, efetivamente, que é claro escorregamentos das terras e, o próprio empreiteiro vir à Câmara dizer que precisa de fazer trabalhos a mais, porque os terrenos não têm a natureza que no estudo geológico supostamente tinham, confirma que, efetivamente, nem tudo estava bem. Dir-me-á: “mas foi feito estudo geológico e não foi detetado que havia estes problemas com o terreno”, admito que sim, mas o alerta que eu fiz nas outras Assembleias Municipais, até me dirigi ao Senhor Presidente, diretamente dizendo: Senhor Presidente, atenção que eu fui lá ver e aquilo não é bem como supostamente o melhor dos dois mundos e, portanto, é preciso a Câmara ter cuidado, não vá acontecer um acidente.” -----

4.32. O Senhor Presidente da C.M.O. respondeu dizendo o seguinte: -----

-----“Plano de Combate às Alterações Climáticas será entregue no momento em que esteja concluído, e é disso que este Plano se trata, ou seja, de minimizar os efeitos das alterações climáticas. Não é propriamente em sessão pública, mas está a ser discutido publicamente. Ainda há dias houve aqui uma reunião, nesta Assembleia, que estava a sala cheia, em que foram apresentadas justamente, algumas das medidas, mas quem esteve presente, teve, com certeza, oportunidade de verificar, que o Plano de Combate às Alterações Climáticas tem que ser dividido em duas partes, uma primeira é um plano estratégico, uma segunda é um plano de ação e, portanto, aquilo que foi apresentado era um misto, ainda, de plano estratégico e plano de ação, é preciso, agora, fazer a destrição das duas coisas, porque, como calculam, o plano de ação deve ter a quantificação do daquilo que é o investimento que, eventualmente, algumas medidas vão determinar. Portanto, continua em discussão, mesmo dentro dos próprios serviços, até porque como sabem esta dinâmica de discussão, não é uniforme em relação a todos os serviços, há serviços que são mais pró-ativos do que outros, há uns que são mais colaborantes do que outros e, portanto, é necessário, por vezes, fazer aqui um exercício de motivação para que os diferentes departamentos da Câmara participem, nesta discussão. É este trabalho que está a ser feito, espero que não demore muito tempo, no sentido de vir aqui a ser apresentado à Assembleia Municipal. -

-----Relativamente ao Viaduto da Quinta da Fonte, continuo a dizer aquilo que sempre disse, em qualquer obra há imprevistos, seja qual for. Portanto, trabalhos a mais, trabalhos a menos, isso acontece em todas as obras, naturalmente que elas são acompanhadas tecnicamente e aquilo que a engenharia que acompanha a obra, diz é que está tudo sob controlo. Obviamente, se o empreiteiro vem propor mais trabalhos, ou menos trabalhos, é uma questão que decorre do decurso normal de qualquer empreitada e, portanto, a engenharia garantiu que está tudo sobre a mais rigorosa segurança.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- INTERVALO -----

----- A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo. -----

5. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

5.1. Eleição dos Presidentes de Junta de Freguesia (efetivo e substituto) para representar as Freguesias do Município de Oeiras no XXIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (os documentos relativos a esta Eleição ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião)-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Pergunto se não há nenhuma lista? Muito bem, deu agora entrada na Mesa a lista “A” que diz: “Nos termos do número dois do Artigo Sexto dos Estatutos da Associação Nacional dos Municípios Portugueses e tendo em consideração a representação das Freguesias do Município de Oeiras ao Vigésimo Quarto Congresso da Associação, propõe-se a eleição na Assembleia Municipal do membro efetivo: Presidente da Junta de Freguesia de Porto Salvo, Dinis Penela Antunes e substituto: Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Presidente da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas.-----

----- Portanto, vamos proceder à chamada para se fazer a votação. É uma lista única e como tal vota-se “sim” ou “não” ou, claro, pode haver um voto em branco. Vamos começar a chamada.” -----

5.1.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação, por sufrágio secreto, esta proposta, a qual foi aprovada, por maioria com trinta votos a favor, um voto contra, cinco votos em branco e um voto nulo.- -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 123/2019**-----

-----**XXIV CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS
PORTUGUESES – ELEIÇÃO DE PRESIDENTE DE JUNTA E SEU SUBSTITUTO**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da lista apresentada para designação do Presidente de Junta e seu substituto (também Presidente de Junta) que em representação de todas as Juntas de Freguesia do Município de Oeiras, participará no vigésimo quarto Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, designadamente: -----

-----Dinis Penela Antunes (efetivo) – Presidente da Junta de Freguesia de Porto Salvo; ---

-----Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira (substituto) - Presidente da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas. -----

-----A mesma foi aprovada, em sufrágio secreto, por maioria com trinta votos a favor, um voto contra, cinco votos em branco e um voto nulo. -----

-----Face à votação obtida foi deliberado designar o Senhor Presidente Dinis Penela Antunes (efetivo) e o Senhor Presidente Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira (substituto) para participar no referido congresso. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

5.2. Apreciação da Proposta CMO N.º 678/19 – GAM – relativa ao Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão do Município de Oeiras – 2018 e consequente Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião)-----

-----O Senhor Deputado Pedro Almeida (PS) referiu o seguinte:-----

-----“Evidentemente que este é um assunto, um tema, que não pode ser desvalorizado.

São dois importantes documentos que acompanham o funcionamento da Câmara Municipal e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

queria exatamente começar por aí. Por cumprimentar todas as divisões, todos os técnicos e funcionários da Câmara Municipal que se envolveram na construção e na execução dos objetivos que vêm aqui a ser delineados. Estamos a falar do Relatório de Execução e do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas. É evidente que quando os documentos são trabalhados e construídos a partir da própria estrutura e da própria organização da Câmara é evidente que isso tem outro significado, e a capacidade demonstrada neste Relatório, de se assumir o que não foi feito, é, naturalmente, de valorizar. -----

----- De facto, se, do ponto de vista quantitativo, há uma avaliação que podemos fazer que é positiva, porque grande parte das medidas que tinham sido definidas foram executadas, há algumas que são apresentadas como não executadas, com a respetiva sinalização. E, quando estamos a tratar deste tipo de realidade, é verdade que a perspetiva quantitativa conta, mas também quando são medidas pelo seu simbolismo/significado/importância naquilo que são os riscos que se pretendem diminuir, necessariamente, temos de confrontar a Câmara, para percebermos melhor por que razão não foram as medidas previstas executadas. E, estamos a falar, desde logo, de medidas que passavam pela Divisão de Planeamento Urbanístico e Divisão de Gestão Urbanística que previam, e bem, que se construísse, através dos sistemas informáticos já hoje disponíveis, um sistema de alertas que permitisse controlar os procedimentos decisórios relativamente a propostas entradas. Sendo que na Direção de Gestão Urbanística, estamos a falar de pedidos de informação prévia que, como nós sabemos, têm uma importância crítica na intervenção da gestão do nosso território e, sobretudo, em conferir mais transparência àquilo que é o tratamento interno da Câmara por parte, em termos daquilo que é prioridade, e que não há tratamentos de privilégio no tratamento destas propostas e que, também, conferem à própria Câmara Municipal uma capacidade de escrutínio e de acompanhamento daquilo que é, digamos,

a abordagem dos serviços relativamente às propostas quando chegam à Câmara, que pode ser útil para se perceber onde é que podem haver fragilidades e insuficiências. -----

-----Relativamente ao Departamento das Artes, Cultura e Turismo, na página noventa e cinco, se refere, ainda, na omissão da construção de um regulamento para a atribuição dos apoios. É importante que a Câmara tenha noção disso, de que há essa omissão e que não faz sentido depois de tantos anos, que nós continuemos sem esse importante instrumento que confira equidade na distribuição de apoios e subsídios que, para estas entidades culturais e turísticas, são instrumentos fundamentais para planeamento da sua atividade e o do seu trabalho. E a Câmara ganha, não só na forma como organiza essa atribuição de subsídios, mas também outra fiabilidade naquilo que é, depois, a concretização dos apoios e as consequências que podem advir das atividades realizadas em função desses apoios. -----

-----A Divisão de Coesão Social, na página cento e quatro, fala ainda da necessidade nos apoios que são atribuídos, já de outra natureza, de índole social, que está a ser trabalhado, e bem, no nosso entendimento, nesta Divisão, um código de conduta, um regulamento que permita conferir também outra previsibilidade e outra transparência à atribuição de subsídios sociais. Neste sentido, gostaríamos de saber qual é o ponto de situação, porque é que houve esse atraso, porque não foi possível concretizar essa medida. -----

-----O Departamento de Educação suscita, na página cento e nove, uma matéria que importava esclarecer e que tem a ver, exatamente, com os critérios para apoios às instituições educativas, que é dado aqui como não adotada essa medida e que tem a ver com a necessidade de apresentação de um Plano Anual de Atividades para a atribuição desses apoios. Por que razão é que isso foi equacionado inicialmente e depois a Câmara prescindiu de adotar essa medida que, à partida, parece fazer sentido, isto porque para os agentes educativos ter a previsibilidade e para a Câmara, que dá esses apoios, ter noção quais vai dar do ponto de vista anual, pode ser vantajoso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

do ponto de vista da gestão. -----

----- Ainda na Divisão de Desenvolvimento da Política Educativa, página cento e dez, que também tem a ver com a importância, digamos, de adotar aqui uma medida prevista de definição de critérios que estabeleçam publicamente universo de instituições que se podem candidatar. Portanto, aqui uma ideia de trazer mais transparência e critérios mais, digamos, claros para o apoio a projetos educativos relevantes. Por que razão? Parece-nos que a justificação aqui dada aparenta ser insuficiente, se a Câmara podia prestar mais esclarecimentos. -----

----- Finalmente, não queria deixar de fazer referência à importância deste tipo de medidas, nós sabemos que estes planos são hoje uma obrigatoriedade de todas as entidades públicas, seja da Administração Direta, Administração Indireta, da Regional, da Administração Local, que decorrem de recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção, que foi criado em dois mil e nove e que, também, neste caso, demonstram que, ao contrário daquilo que alguns pretendem fazer crer, de que o País vive de costas voltadas à necessidade de medidas que confirmam mais transparência e que encarem de frente os riscos que existem de corrupção nas decisões públicas, isso não é verdade. De facto, o País tem feito um caminho ao longo dos últimos de vinte anos, quer do ponto de alterações legislativas, quer do empenho das próprias entidades públicas, de criar e melhorar as suas práticas. E, nós também temos dado o nosso contributo em Oeiras, quer através da utilização das novas tecnologias, e nós aqui na Assembleia Municipal ainda hoje aprovámos uma proposta do PS, com unanimidade de todos os partidos, permitindo que cada munícipe que acompanha os nossos trabalhos tenha acesso aos documentos que nós estamos aqui a discutir e a votar, e é nesse sentido que temos continuar a caminhar. E, de uma vez por todas, desmontar aquela utilização “oportunistica” de juízos generalizadores que na política são todos iguais e que não existem pessoas de confiança e que estamos todos aqui com

interesses ilegítimos, tem que ser desmitificada. De facto, o País tem feito um caminho na construção de peças legislativas e de trabalho concreto ao nível das instituições que tem de ser valorizado e continuado. A própria Entidade Europeia - GRECO, que faz, no fundo, a avaliação destas medidas, a última avaliação que fazia, as insuficiências que sinalizava relativamente ao nosso País tinha a ver, precisamente, com o Estatuto dos Magistrados e com o Estatuto do Ministério Público e com a necessidade de melhoria do registo de interesses e das declarações de rendimentos dos titulares de cargos políticos. Ora, foi neste ano, precisamente, que nós já atualizámos os estatutos das magistraturas, no sentido de conferir maior responsabilização dos magistrados e também foi finalmente aprovada, e com, digamos, uma vasta base de apoio na Assembleia da República, legislação que tornou e simplificou o regime do registo de interesses dos titulares de cargos políticos e também dos magistrados, há que dizê-lo, que vai permitir muito mais transparência e muito mais responsabilização dos políticos, ao contrário daquilo que alguns dizem e se aproveitam de uma forma populista, aproveitando-se muitas vezes da ignorância das pessoas. Há trabalho que está a ser feito e esse trabalho tem que ser valorizado, como este trabalho que foi feito e que é apresentado para apreciação pela Câmara Municipal de Oeiras.”-----

-----O Senhor Deputado Rui Pessanha (IN-OV) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Depois da intervenção do Senhor Deputado Pedro Almeida (PS) que referiu alguns aspetos do Relatório, com toda a legitimidade, mas eu só queria frisar o seguinte:-----

-----O Relatório que nos é apresentado decorre da legislação relacionada com o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão. De qualquer modo e independentemente das preocupações que possa suscitar, acontece que, este Relatório diz respeito ao primeiro ano de mandato, em que, estamos todos recordados, houve uma nova orgânica municipal e essa mesma orgânica municipal começou a dar frutos a partir do segundo semestre de dois mil e dezoito. Ora bem, apesar disso e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

pelo que está plasmado no preâmbulo do Relatório, o grau de execução em termos de percentagem das medidas adotadas, foram de oitenta e nove por cento e, mais ainda, houve uma execução total de noventa e três por cento, tendo em conta a não necessidade de aplicar umas tantas medidas. Ora bem, quero com isto dizer, depois de tudo o que já foi dito, que é natural que quando apreciarmos futuramente, o Relatório Anual de dois mil e dezanove, certas deficiências ou certas omissões que este Relatório possa indicar já não se verificarão.”-----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Naturalmente que este Relatório, naquilo que, porventura, pode traduzir algumas insuficiências, elas têm a ver essencialmente com o problema, têm a ver com a própria dificuldade de organização dos serviços e da definição, digamos assim, dos parâmetros de controlo interno dos diferentes serviços da Câmara Municipal. E, esta é uma das áreas em que todas as críticas/sugestões que, eventualmente, sejam formuladas só podem valorizar aquilo que, efetivamente se está a fazer. -----

----- Aquilo que posso garantir é que da parte dos serviços e, independentemente daquilo que a lei estabelece, e reportava-me, por exemplo, ao Código de Contratação Pública que, como sabem, é um instrumento hoje muito criticado, do ponto de vista da burocracia, que estabelece, etc., mas, ao mesmo tempo, tem desvantagens, pela burocracia, justamente, mas ao mesmo tempo tem uma vantagem extraordinária no que diz respeito à transparência. É que, na realidade, parece que toda a gente tem necessidade de ir até um bocadinho mais além do que o que o próprio Código estabelece no que diz respeito às práticas administrativas conducentes à tomada de qualquer decisão. Portanto, eu não tenho dúvidas que o objetivo dos serviços camarários, dos diferentes serviços técnicos, sobretudo aqueles que lidam com decisões que, porventura, exigem mais transparência, que isso hoje está, digamos assim, de alguma forma no corpo das práticas de

cada um. Da parte da Câmara Municipal, do Órgão Executivo, aquilo que lhes posso dizer é que todos os dias trabalhamos no sentido de criar cada vez mais condições de controlo interno, de forma a dar mais transparência às decisões. -----

-----Obviamente que, nem sempre, o mero cumprimento da lei é suficiente para que se diga que há a máxima transparência. Isto porque com frequência também cumpre-se a lei e, no entanto, põe-se em causa a transparência, eu dou-lhes o exemplo dos ajustes diretos. Todos põem em causa os ajustes diretos como se estes fossem algo de ilegal. Ora bem, na realidade, estão plasmados na lei como estão a concurso público. No entanto, há uma suspeição generalizada relativamente aos ajustes diretos. O que significa que sempre que há um ajuste direto é fundamental que seja devidamente fundamentada a decisão para o ajuste direto. E com frequência há o cumprimento estrito da lei da fundamentação, o que não é suficiente. Portanto, digamos que esta é uma atitude, é uma prática que tem que ser desenvolvida, tem que ser aprofundada e, naturalmente que um Relatório como este apresentado, possivelmente, daqui a um ano ou dois terá características diferentes e, não será, digamos assim, objeto de qualquer dúvida ou crítica incidente relativamente a serviços que porventura sabemos que, nem todos os serviços da Câmara respondem da mesma maneira e com a mesma celeridade. Portanto, é uma cultura que tem que ser introduzida paulatinamente, mas isso não acontece apenas nesta matéria, acontece, por exemplo, também, na importância que todos nós hoje atribuídos a questões que têm a ver, por exemplo, com o Plano de Desenvolvimento Estratégico. É fundamental que todos os serviços, e todos aqueles que têm a ver com as medidas com as ações, com os programas, com os projetos da Câmara Municipal sejam capazes de, para além do que é a mera descrição da despesa de um determinado projeto é fundamental, compreender qual é o contributo que esse projeto, essa ação, essa medida tem no cumprimento de um determinado objetivo. Essa é uma prática que se vai melhorando e, naturalmente, que tudo isto está realmente ligado e, obviamente,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que quanto mais facilidade houver no desenvolvimento de um plano estratégico, quanto mais facilidade houver na clarificação das medidas, das ações, das Grandes Opções do Plano e da realização de qualquer despesa, obviamente que é meio caminho andado para que estes Relatórios do Risco de Gestão sejam devidamente elaborados e, naturalmente, traduzam tudo aquilo que é a prática da Câmara Municipal no que diz respeito à transparência dos seus atos.”---

----- O Senhor Deputado Pedro Almeida (PS) referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Presidente, agradecer as respostas que, enfim, foram um bocadinhos incipientes, porque não foram concretamente àquilo que tinha sido colocado...sim, certamente, só queria chamar atenção, porque já percebi que o que o Senhor Presidente...”-----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível efetuar a sua transcrição. -----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. observou o seguinte: -----

----- “Não estava a gravar, posso repetir.” -----

----- O Senhor Deputado Pedro Almeida (PS) continuou a sua intervenção: -----

----- “Espero que a Senhora Presidente tenha a consciência que o Senhor Presidente utilizou o meu tempo ali na grelha. -----

----- Eu não esperava que o Senhor Presidente aqui corrigisse o Relatório, não é isso que estava em causa. Queria só, em função daquilo que são algumas medidas que têm alguma importância simbólica, que pudesse dar uma resposta sobre a não concretização dessas medidas, mais consistente. E queria destacar-lhe só esta, porque, de facto, coloca talvez nas zonas de maior risco e que tem a ver com o licenciamento pelos serviços municipais, de pedidos de informação prévia. Em que é a própria Câmara que assume em que há um risco de tempos de resposta diferenciado face a interesses privados administrativos, técnicos e dirigentes, não foi

adotada e que hoje já existe um sistema de alerta, mas, no entanto, a funcionalidade não fornece informação sobre os tempos de tramitação. E é exatamente aqui, que nós temos de conhecer essa informação, que a Câmara tem de conhecer essa informação para perceber se os tempos de tramitação estão a ser feitos de uma forma equitativa e de acordo com complexidade de cada licenciamento ou se houve como, aliás, a Câmara aqui refere quando identificou o risco, algum tipo de favorecimento. Portanto, pedimos a Câmara para que confira prioridade máxima à instituição deste tipo de sistema de alertas, porque estamos a falar de uma zona crítica, de risco no funcionamento da Câmara Municipal. E, portanto, esperava que o Senhor Presidente pudesse dizer mais alguma coisa sobre isto mas, de qualquer modo, respeito a resposta que deu e aguardaremos uma resposta mais detalhada por parte dos serviços.” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Este Relatório é para ser apreciado pela Assembleia Municipal, e bem. Naturalmente que a Câmara Municipal, e aí não precisa que Senhor Deputado nos diga isso, todas as medidas, aliás se é possível apresentar este Relatório com estas características, etc., significa que muitas medidas já foram adotadas pela Câmara Municipal no sentido de garantir mais transparência, mais clareza, aos atos que pratica. E, designadamente, ao nível do urbanismo, por exemplo, nós sabemos, e não vale a pena esconder, tem havido, há muito tempo, uma resistência, mas que é uma resistência de natureza técnica, não tem a ver com outra coisa, da parte dos serviços do Departamento Planeamento e Gestão Urbanística, no que respeita aos diferentes modelos informáticos à disposição. E, portanto, é óbvio que aquilo que a Câmara Municipal tem vindo, por exemplo, a insistir e a trabalhar junto do Departamento de Informática e do Departamento de Planeamento Urbanístico é para que haja uma maior clareza, uma maior ligação, um trabalho de articulação e de compatibilização de diferentes plataformas, de maneira a que o escrutínio que se possa fazer sobre qualquer serviço possa do mesmo modo ser feito ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Departamento de Planeamento de Gestão Urbanística. Portanto, tudo isso são medidas que estão a ser adotadas. Obviamente que da leitura se assume, num relatório destes, que há determinados serviços que ainda não estão a trabalhar desta ou daquela maneira, obviamente que isso está a ser corrigido e implementado. -----

----- Agora, não há nada melhor do que assumir que a resposta é esta, que aqui está. Portanto, feita com a maior independência, é preciso que fique claro. Devo dizer que eu li este Relatório, não fiz qualquer comentário sequer, limitei-me a remetê-lo para a Assembleia Municipal e é assim que deve ser. -----

----- Agora, é óbvio, que, da leitura do Relatório há coisas que para mim não são novidade, como calculam. Isto porque há determinado tipo de práticas, de respostas, de tempos burocráticos, que devem ser respeitados e cumpridos e que nós sabemos que não são e, portanto, todos os dias trabalhamos para que isso, realmente, seja modificado. É claro que por vezes há o argumento de falta de técnicos, deve ser mais um arquiteto, mais dois arquitetos, mais um engenheiro, outra vez há o argumento de que a plataforma informática não corresponde àquilo que nós precisamos. Portanto, como calculam, há sempre dificuldades burocráticas pelo caminho e a Câmara Municipal no funcionamento dos seus departamentos não é diferente de muitas outras organizações e, portanto, é necessário que o poder político, digamos assim, esteja sempre em cima do acontecimento, no sentido de criar condições para que as coisas melhorem. De maneira que não lhe vou aqui dizer quais são as práticas que vamos fazer e as orientações que vamos dar. É óbvio que o que está aqui neste Relatório é lido por todos os serviços. Aliás, julgo que já foi remetido, pelo menos já fiz um despacho a remeter para todos os serviços da Câmara, para todos os departamentos, no sentido das práticas serem devidamente corrigidas e, portanto, é isto que nós temos que fazer.”-----

-----APRECIADA -----

5.3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 684/19 – GCAJ – relativa à Transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais – Aceitação das competências no domínio da Educação para 2020 e revogação da Proposta de Deliberação N.º 463/19, de 14 de junho (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião)-----

-----O Senhor Deputado Domingos Santos (IOMAF) disse o seguinte:-----

-----“Relativamente à proposta de deliberação seiscentos e oitenta e quatro de dois mil e dezanove, o IOMAF queria dizer o seguinte:-----

-----Nós reconhecemos que a transferência das competências previstas no Decreto-Lei vinte e um de dois mil e dezanove para as autarquias, para os municípios, vai trazer a estes, sobretudo aos executivos, mais trabalho, mais preocupações e admito que, em muitos casos, no País dificuldades acrescidas à governação local. No entanto, achamos que pela experiência vivida desde dois mil e quinze com um contrato interadministrativo, nós temos a certeza que a transferência destas competências, complementada com um contrato novo interadministrativo de delegação de outras competências, vai trazer qualidade ao ensino e vai continuar a afirmar-se como o desenvolvimento do ensino, da formação dos cerca de vinte mil alunos que o Município tem. Porque o Poder Local tem rosto, está próximo dos interessados e estabelece uma saudável e democrática cumplicidade que não existe de maneira nenhuma num Poder Central distante e que ninguém conhece.-----

-----Estou convencido, embora não haja transferência de competências no que diz respeito ao pessoal docente, que se a contratação de docentes fosse uma competência dos municípios, os pais não se calavam e, se calhar, o problema estava resolvido. Há, por exemplo, no Agrupamento de Escolas São Julião da Barra, um mês depois das aulas ter começado, há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

alunos que ainda não tiveram uma única aula de geografia, de francês, de português e de matemática. São problemas que têm que ser resolvidos, não é fácil a sua resolução, mas, de facto, os decisores estão distantes numa direção-geral que não abre as portas a ninguém, que ninguém conhece e, de facto, a proximidade vai repercutir-se em melhor qualidade no ensino, não temos a menor dúvida. Por essa razão, felicitamos a Câmara por se adiantar um ano, salvaguardadas, enfim, a continuação da delegação de competências que não estão previstas na transferência do Decreto-Lei vinte um, e, naturalmente, apoiamos a decisão do Executivo de aderir às novas competências transferidas, no início do ano letivo dois mil e vinte/dois mil e vinte e um.” -----

----- O Senhor Deputado Daniel Branco (CDU) referiu o seguinte:-----

----- “Da nossa parte não é necessário dizer muito mais e por coerência com as posições anteriores e porque sempre nos manifestámos em desacordo com este processo de descentralização, o nosso voto será contra.” -----

----- O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) disse o seguinte: -----

----- “É público, já várias vezes aqui o afirmámos, que o Partido Socialista é adepto de um processo de regionalização que tarda a ser concretizado e é adepto de processos de delegação de transferência de competências para as autarquias locais, mesmo que se sinta, ou se perceba ou que gostássemos até, que o processo fosse mais rápido do que aquele que é efetivamente, mas que resulta muito da diversidade, da disparidade que existe entre os municípios do nosso País e, portanto, dito isto relativamente a esta proposta de transferência de competências, saudamos que ela agora se concretize. A sua concretização como, aliás, o dissemos da última vez que discutimos aqui a transferência de competências na área da educação, resulta de um compromisso então assumido pela Senhora Secretária de Estado Adjunta da Educação e pelo

Secretário de Estado das Autarquias Locais, que perante as críticas e as dúvidas que os municípios subscritores dos acordos interadministrativos tinham apresentado, se disponibilizou para se sentar à mesa e com ele discutir um quadro que permitisse satisfazer ambas as partes. Ora bem, aqui está palavra dos governantes, foi cumprida e aqui está o resultado dessa promessa, desse acordo, desse compromisso e hoje estamos em condições de, para bem do Concelho de Oeiras, para bem dos estudantes e para bem das escolas do Concelho, poder aceitar um conjunto de competências que, seguramente, melhorará a escola do Concelho e mais importante do que isso permitirá, de facto, proximidade entre quem gere e quem usufrui dos benefícios dessas competências.-----

-----Portanto, saudamos que hoje estejamos aqui em condições de aprovar esta transferência de competências e valeria a pena que relativamente a todas estas matérias que a História permite que mudem ao longo dos tempos, nós tivéssemos o cuidado do que dizemos, porque, às vezes, podemos correr o risco de morder a língua.”-----

-----O **Senhor Deputado Miguel Pinto (BE)** disse o seguinte:-----

-----“Neste ponto da Ordem de Trabalhos estamos a apreciar e a votar a transferência de competências do Governo para a Câmara Municipal e não, apenas, a apreciação tal como escreveu o Senhor Presidente da Câmara na comunicação dirigida à Senhora Presidente da Assembleia. Aliás, não se trata de descentralização de competências, mas sim de municipalização.-----

-----Esta deliberação diz respeito a uma transferência no domínio da educação para o ano de dois mil e vinte. O tratamento dado pela Câmara de Oeiras nestes processos faz lembrar uma barata tonta que está sempre a mudar de opinião.-----

-----A primeira opinião dada pelo Presidente da Câmara sobre estas transferências foi a da velha cassete, ou seja, aceitamos todas as competências porque estamos mais perto das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

comunidades escolares, o Governo não conhece a realidade, etc.. -----

----- Em catorze de junho de dois mil e dezanove rejeitaram competências nesta área por dois motivos:-----

----- Primeiro: As referidas competências para o ano de dois mil e vinte não eram equivalentes às que tinham sido obtidas no contrato interadministrativo celebrado em dois mil e quinze; ----

----- Segundo: O decreto-lei que permitia esta transferência teria de ser publicado mais tarde. -----

----- Depois, do Ministério da Educação ter sido alertado, teve de voltar atrás. Afinal a cassete precisou de ser alterada, pois agora a Câmara já aceita. -----

----- O Bloco de Esquerda mantém a sua opinião e, por isso, votará contra.”-----

----- O **Senhor Deputado Nuno Gusmão (CDS-PP)** interveio, dizendo o seguinte:-----

----- “A nossa posição relativamente a estas matérias, foi amplamente divulgada já aqui nesta Assembleia logo no início do corrente ano. Alertámos, e o tempo vem-nos dar razão relativamente a esta, digamos que, permanente confusão do aceita, não aceita, volta para trás, e aliás já votámos várias vezes esse tipo de propostas aqui, e não vemos, neste momento, condições para alterar a posição que assumimos. E tal como foi aqui referido, é uma posição que nos vincula, somos contra a regionalização. Não nos parece que isso possa trazer algo de bom ao País, ao invés de uma efetiva descentralização, isso sim, que já deveria ter começado.”-----

----- O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** disse o seguinte. -----

----- “Só para reconhecer que a Câmara, de facto, andou bem e andou bem quando sabe adaptar-se a alteração de circunstâncias. O Ministério andou bem quando, face às questões que foram levantadas por catorze municípios, soube responder e ouvir as câmaras para saber quais

eram as dificuldades. Andou bem e as circunstâncias alteraram-se e as câmaras estão a responder na mesma medida. Portanto, o IN-OV irá votar, naturalmente, a proposta apresentada com o número seiscentos e oitenta e quatro.”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Eu gostaria de dizer que, nesta matéria, a Câmara, não é nem dogmática, nem ortodoxa e, portanto, a minha opinião sobre este processo, dito de descentralização, já é conhecida e não vou falar mais nisso. Também acho que não há descentralização nenhuma, é um processo, de facto, de transferência de determinadas competências para os municípios e devo dizer-vos que, na minha perspetiva, até pode ser mau para as finanças do Município, mas, de certeza que é bom para as escolas, é bom para os estudantes e é bom para a comunidade educativa. - -----

-----Não há ortodoxia da nossa parte porque, na realidade, quando foi aprovado o decreto-lei e se pôs o problema da Câmara Municipal se pronunciar num determinado prazo para aceitar ou não aceitar, não estavam reunidas as condições para aceitarmos. Acontece que tínhamos um contrato interadministrativo em vigor e que iria até dois mil e vinte e um e, portanto, deu-se a circunstância... como calculam o Município de Oeiras não é um Município, qualquer. O Município de Oeiras é um dos maiores municípios deste País e é dos municípios mais importantes, maiores não em território, mas maiores no seu significado, no seu conteúdo, no que representa, da riqueza que gera, no ao que dispõe, no contributo para o País e, portanto, é óbvio que ao Governo também interessava, a qualquer Governo. Não é por acaso que Governo do PSD também, era o Governo da Troika, insistiu muito com a Câmara Municipal de Oeiras para fazer o contrato interadministrativo experimental num conjunto de doze municípios a nível nacional. Portanto, também este Governo, obviamente, que tinha todo o interesse em que a Câmara Municipal de Oeiras, o Município de Oeiras aderisse a este processo. Ora bem, e teve,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

digamos assim, eu diria até, a simpatia de falar connosco, ao nível do Ministério da Educação e digamos, tiveram os argumentos suficientes para nos convencer de que nós deveríamos aceitar esta competência.-----

----- Ora bem, e foi desta dinâmica negocial em que resultam vantagens para ambas as partes que nós aceitámos. Portanto, como diria um grande político, já não está entre nós, mas todos pensam nele, Mário Soares, “realmente só os burros é que não mudam”. Ora bem e nessa matéria, como nós não somos burros, estamos dispostos a mudar sempre que nos explicam melhor a situação e sempre que nos dizem que estão de boa-fé a negociar connosco e que, entre mantermos esta situação com o contrato interadministrativo ou aguardar para dois mil e vinte e um em que teríamos que aceitar, naturalmente, aquilo que vinha, destas negociações que decorreram entre o Vereador Pedro Patacho, o Vereador da Educação e a Secretária de Estado Adjunta e da Educação (que parece que vai agora para ministra).-----

----- Entretanto, lembro-vos também que, neste contexto de discussão, foi assinado entretanto, um acordo entre a Câmara e a Secretaria de Estado, no sentido do financiamento da comparticipação, naturalmente, no âmbito do contrato interadministrativo das primeiras obras nas escolas no montante de seis milhões de euros, mais ou menos (três milhões do Ministério e três da Câmara). A seguir a isto, esperemos que outros contratos se sigam e, portanto, foi nesta dinâmica negocial que a Câmara Municipal entendeu mudar de opinião e trazer à Assembleia Municipal esta proposta. Portanto, não há aqui nenhuma contradição. -----

----- Contradição é aquela daqueles que, por dogmatismo ou por ortodoxia, estão contra qualquer coisa e estou sempre contra desde que as coisas mudem e, portanto, isso é que é censurável, mas essa é a diferença entre os dogmáticos, os ortodoxos e os reformistas, aqueles que efetivamente querem transformar a sociedade, pacificamente, através de reformas que são

comumente aceites e, portanto, é essa a razão, porque nós trouxemos esta deliberação aqui.” -----

5.3.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada, por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, José Maria Godinho Montezo, Irina Dias Lopes, Orlando Vaz Tavares, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Vítor Manuel Correia Pinho e Rosa Maria Lopes Soares da Fonseca), cinco do Partido Socialista (Jorge Manuel Damas Martins Rato, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia da Encarnação Inácio Carolo e Pedro Miguel Ramos Almeida), cinco do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria Carolina Candeias Tomé, Salvador António Martins Bastos Costeira e Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques) e com cinco votos contra, sendo três da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco, Maria Joana Marques Gomes da Silva e Teresa Amélia do Carmo Carvalho), um do Centro Democrático Social-Partido Popular (Nuno Miguel Trindade Gusmão) e um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto). -----

-----O Senhor Deputado Dinis Penela Antunes do Partido Socialista, não estava presente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 124/2019** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 684/19 – GCAJ – TRANSFERÊNCIA DE
COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES
INTERMUNICIPAIS – ACEITAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA
EDUCAÇÃO PARA 2020 E REVOGAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º
463/19, DE 14 DE JUNHO** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número seiscentos e oitenta e quatro barra dezanove, a que se refere a deliberação número trinta e sete da Reunião da Câmara Municipal, realizada em onze de setembro de dois mil e dezanove e deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, cinco do Partido Socialista, cinco do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente, dois do Partido Social Democrata e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza e com cinco votos contra, sendo três da Coligação Democrática Unitária, um do Centro Democrático Social-Partido Popular e um do Bloco de Esquerda, aprovar a aceitação da transferência de competências no âmbito da Educação para o ano de dois mil e vinte, nos termos constantes dos diplomas sectoriais publicados e ainda nos termos do Código do Procedimento Administrativo, Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

**5.4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 693/19 – DMOTOA/DHRU/DRU –
relativa à Augi do Casal da Choca – Cedência do Lote 12 – Acerto do valor do pagamento**

de taxas, compensações e participações para emissão do Alvará de Loteamento e Construção de Infraestruturas – Artigos Matriciais 12 e 13 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião) -----

-----**O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** disse o seguinte: -----

-----“A proposta que nos é trazida hoje é, de facto, realista tanto mais que, no fundo, vem através dela encerrar-se ou o desenvolvimento de encerramento do processo desta Augi do Casal das Chocas. As Augis eram, são, e, provavelmente, continuarão a ser até ao encerramento de todos os processos em todo o País, um importantíssimo instrumento de requalificação e de ordenamento de zonas de génese ilegal ou clandestina. E, portanto, esta interação entre os proprietários e a Câmara em que esta vem aceitar a doação ou entrega de um lote para equipamento coletivo reduzindo assim as taxas devidas pelos proprietários, naturalmente, é de elogiar. É de elogiar porque em primeiro lugar se preocupou com a criação de um espaço de equipamento coletivo que interessa à comunidade local e, por outro lado, porque diminui os encargos dos proprietários que seriam devidos nos termos da lei. Portanto, acho que é de relevar este encontro de boas vontades e, naturalmente, o PSD congratula-se com mais este processo de urbanização neste Concelho e numa zona de génese ilegal e irá, naturalmente, votar a favor.” ----

-----**O Senhor Deputado Salvador Costeira (IOMAF)** disse o seguinte: -----

-----“O meu colega Jorge Pracana (PSD) já disse praticamente tudo aquilo que eu queria dizer, portanto, só fazer um sublinhado.-----

-----Trata-se este assunto dos artigos matriciais doze e treze na zona do Casal da Choca e é mais um problema que vem contribuir para a resolução a passo e passo, de uma AUGI que tem que fatalmente vir a ter o seu epílogo quando estiver tudo em ordem. Portanto, é um passo importante, foi aprovado unanimidade na Câmara, não há grandes polémicas sobre este assunto, nós vamos votar a favor.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Deputado Joaquim dos Reis Marques (PS) referiu o seguinte: -----

----- “Só queria fazer uma pergunta. Esta operação fecha a AUGI do Casal das Chocas, mas gostava que o Senhor Presidente pudesse informar a Assembleia do seguinte: -----

----- Depois desta quantas AUGIS ainda faltam legalizar no Município de Oeiras?” -----

----- A Senhora Deputada Teresa Carvalho (CDU) disse o seguinte: -----

----- “Só para dizer que vamos votar favoravelmente este ponto.” -----

----- O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, na sequência das intervenções anteriores, só para dizer que tudo está bem quando termina bem e o IN-OV votará, naturalmente, a favor.” -----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Só para responder, aliás, à maneira da CDU, se não estou em erro há duas áreas de génese ilegal que ainda não estão concluídas em termos formais. Isto porque o Casal das Chocas do ponto de vista formal está arrumado, o que está agora em causa é a Quinta da Gandarela e é o Bairro do Marchante, são as duas que não têm o plano aprovado.” -----

5.4.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, José Maria Godinho Montezo, Irina Dias Lopes, Orlando Vaz Tavares, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Maria Celeste Gouveia

Saraiva Ferreira Dâmaso, Vítor Manuel Correia Pinho e Rosa Maria Lopes Soares da Fonseca), cinco do Partido Socialista (Jorge Manuel Damas Martins Rato, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia da Encarnação Inácio Carolo e Pedro Miguel Ramos Almeida), quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria Carolina Candeias Tomé e Salvador António Martins Bastos Costeira), três da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco, Maria Joana Marques Gomes da Silva e Teresa Amélia do Carmo Carvalho), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte), um do Centro Democrático Social-Partido Popular (Nuno Miguel Trindade Gusmão), um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). -----

-----Os Senhores Deputados Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, Dinis Penela Antunes, do Partido Socialista e Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 125/2019**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 693/19 – DMOTOA/DHRU/DRU – AUGI DO CASAL DA CHOCA – CEDÊNCIA DO LOTE 12 – ACERTO DO VALOR DO PAGAMENTO DE TAXAS, COMPENSAÇÕES E COMPARTICIPAÇÕES PARA EMISSÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO E CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS – ARTIGOS MATRICIAIS 12 E 13**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número seiscentos e noventa e três barra dezanove, a que se refere a deliberação número quarenta e seis



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

da Reunião da Câmara Municipal, realizada em onze de setembro de dois mil e dezanove e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, cinco do Partido Socialista, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a cedência do lote doze, para efeitos de redução do valor final a pagar relativos às taxas devidas para futura emissão do alvará de loteamento, tendo em conta que o mesmo foi avaliado pela Comissão Municipal de Avaliações em quarenta e sete mil seiscentos e sessenta e um euros, ficando isentos de pagamento relativo a cedência para equipamento de utilização coletiva, quando agora cedem o lote doze. - -----

----- Aceitar os comprovativos de pagamentos realizados em anos transatos relativos às infraestruturas. -----

----- O novo quadro de valores que cabe a cada comproprietário já com a redução dos valores referenciados, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

5.5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 737/19 – GCAJ – relativa à Aprovação final do projeto de novo Regulamento de Atribuição de Medalhas Municipais (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião) -- -----

----- A Senhora Deputada Carolina Tomé (IOMAF) disse o seguinte: -----

----- “Decorrente da Lei das Autarquias Locais e como é o caso aqui do Município de

Oeiras, é já uma tradição fazer-se a atribuição das medalhas municipais que são o reconhecimento de contributos louváveis do interesse público municipal, quer para trabalhadores dos próprios serviços camarários, quer para pessoas externas aos serviços. -----

-----E, após nove anos da última atualização do Regulamento tornou-se necessário proceder à sua atualização e também de introduzir algumas situações novas que não estavam antes contempladas. -----

-----A primeira: a atribuição da medalha pelo elevado sentido de serviço público no exercício das funções, por o trabalhador ter dedicado e finalizado a sua carreira profissional ao serviço do Município, podendo ser possível agora atribuí-las a título póstumo; -----

-----Em segundo: considerar que a medalha deve ser atribuída em função da distinção exemplar do desempenho e não em função da tipologia da carreira em que o trabalhador está integrado. Portanto, face a estas novas alterações introduzidas, estamos de acordo com a atualização proposta pelo que a votaremos favoravelmente.”-----

-----**O Senhor Deputado Pedro Almeida (PS)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“A proposta está perfeitamente justificada, fundamentada e compreendemos as inovações que são introduzidas no sentido de adequar o Regulamento existente, digamos, em função de algumas insuficiências que existiam. Contudo, há aqui uma questão de forma que para nós é relevante e gostaríamos de colocar a seguinte questão à Câmara Municipal: -----

-----É verdade que há aqui um período de discussão pública em que não houve contributos, mas entendemos que ao termos previstos nestas alterações, medalhas e o reconhecimento e a avaliação carreiras de funcionários, trabalhadores do Município que aqui pode estar em causa um direito da própria Comissão de Trabalhadores, evidentemente sem ser vinculativo, a emitir um parecer obrigatório dentro daquilo que é o princípio da audiência dos interessados e dos próprios direitos consagrados das comissões de trabalhadores, salvaguardados,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

neste caso, desta Comissão Trabalhadores pela Lei-Geral do Trabalho e Funções Públicas. Portanto, gostaria de saber se a Câmara, na construção desta proposta de deliberação, consultou e teve o assentimento da Comissão de Trabalhadores, porque necessariamente isso determinará o nosso sentido de voto.”-----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) observou o seguinte: -----

----- “Relativamente à estrutura e à forma como este Regulamento se apresenta, enfim, nada a opor, acho que está correto, está preocupado, de facto, nesta matéria, criar um princípio de tratamento igualitário para todos, principalmente através da fundamentação da sua atribuição. No entanto, há aqui uma questão, que eu queria deixar à Câmara, principalmente no que respeita, à Medalha Municipal de Honra e à Medalha Municipal de Mérito. Qualquer uma delas, como a própria norma refere, destina-se, no fundo, a homenagear excepcionais serviços, contributos para a comunidade ou atos praticados, que alcancem méritos extraordinários. No caso da Medalha Municipal de Mérito, igualmente, também, se destaca esse desejo de homenagear, quem pelo seu trabalho, pela sua vida, pelo seu exemplo, deve, de facto, ter essa comenda. A questão que eu coloco, é uma questão distinta e se, porventura, esse cidadão, pela sua atividade futura, for reconhecido pela Câmara como alguém que deixou de ter esse mérito que justificou a entrega dessa comenda? Normalmente, todos os regulamentos das ordens honoríficas têm, de facto, eu não quero dizer aqui que se vá plasmear o Regulamento das Ordens Honoríficas Portuguesas, mas, tenho alguma preocupação em criar alguma censura relativamente àqueles que em determinado momento da sua vida demonstraram, de facto, serem pessoas excepcionais e depois, por uma razão ou outra, o deixaram de o ser. Não sei se foi intencional, se é mesmo assim, qual é a ideia que a Câmara tem relativamente a isto, ou, se se entende que se está dada, dada está e, conseqüentemente, não há aqui que avaliar ou reavaliar o mérito que, em dado momento da vida

da pessoa, justificou essa atribuição, é apenas a questão que eu queria deixar.” -----

-----A **Senhora Deputada Maria Joana Silva (CDU)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“A CDU está de acordo com este final de projeto, dado introduzir atualização e melhorias àquilo que já existia. Portanto, nós não só estamos de acordo, como iremos, obviamente, votar favoravelmente.” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Bom, como sabem, este Regulamento, não é um regulamento atributivo ou que estabelece as condições de atribuição de medalhas ou condecorações a funcionários municipais, refere-se a qualquer cidadão, portanto tem várias dimensões. É um regulamento de atribuição de medalhas a cidadãos, a funcionários, a bombeiros, a instituições humanitárias e, portanto, é mais amplo do que isso, não é exclusivo a funcionários. Como? Abarca também os funcionários, com certeza, mas, também se destina, a cidadãos de reconhecido mérito a quem são atribuídas condecorações, portanto, o regulamento abarca isso tudo, são as condecorações municipais para diferentes tipos de cidadãos. -----

-----O facto de não haver contributos na discussão é porque toda a gente está de acordo. Este é um dos casos em que... qual é a discordância? É um regulamento muito simples, de atribuição de condecorações, relativamente ao qual, as pessoas, quem o leu, possivelmente, os próprios funcionários, sentiram que não havia, realmente, não sei, é preciso ter, muita imaginação. -----

-----Este regulamento é muito parecido com a generalidade dos regulamentos municipais, um pouco por todo o País, de maneira que, é muito difícil, estarem a fazerem inovações aqui, a inventar outro tipo de condecorações ou de medalhas. Portanto, a única questão, que, realmente, o Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) colocou, é um problema que, como sabem, surgiu recentemente, ao nível das condecorações nacionais, em que, perante a prática de determinado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

tipo de crimes ou de comportamentos, poderem ser retiradas essas condecorações. Realmente, nunca esteve previsto neste Regulamento, mas eu julgo que, também, nem é preciso que esteja. Em qualquer altura, havendo fundamento para isso, a Câmara Municipal, pode fazê-lo, mas também não vejo nenhum inconveniente, que possa ser, por sugestão da Assembleia Municipal, introduzido aqui um novo artigo estabelecendo as condições em que as condecorações podem ser retiradas, é talvez mais seguro.-----

----- De maneira que, da minha parte, aceito perfeitamente, essa sugestão e, portanto, poderia inscrever aqui um artigo, que, de alguma forma, consigne que as condecorações mediante a prática, tem que se tipificar, determinado tipo de situações, possa ser retirada, não vejo nenhum inconveniente nisso.” -----

----- **O Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu entendo o argumento que o Senhor Presidente aduziu, de que isto é um Regulamento que envolve cidadãos, independentemente de serem ou não trabalhadores. A verdade é que há um capítulo específico para os trabalhadores e para dignificar, de certa forma, e reconhecer, o trabalho de carreira desses trabalhadores. E, em face desta questão, que também foi colocada pelo PSD que entendemos e subscrevemos, acho que valia a pena que, a Câmara, não submetesse hoje, aqui, a proposta à votação, que fosse redigido esse artigo, relativamente à retirada das comendas. E que, relativamente ao ponto específico do prémio de carreiras, fosse pedido um parecer à Comissão de Trabalhadores por forma a não haver dúvidas, em relação ao Código de Contrato de Trabalho em funções públicas e que, efetivamente, foram ouvidos, conforme o diploma prevê, especificamente relativamente à criação deste ponto, que é específico, de facto, para os trabalhadores. Portanto, era a sugestão que deixávamos, que acho que era a melhor forma. Portanto, era a nossa sugestão, para não condicionar absolutamente

nada, porque há um regulamento em vigor.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“O Senhor Presidente concorda que...”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte observação:-----

-----“Concordo inteiramente, há o regulamento em vigor, portanto, não há problema nenhum. Não é urgente, pode ser perfeitamente devolvido à Câmara para introduzir o artigo que, o Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) referiu. E nessa altura serão novamente ouvidas, haverá um novo período de auscultação pública e tudo bem. Não vejo nenhum problema nisso.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** fez o seguinte esclarecimento:-----

-----“Assim faremos. Portanto, retiramos este ponto para a Câmara incluir um ponto relativo à suspensão da condecoração em situações especiais.” -----

-----**RETIRADA** -----

5.6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 739/19 – DMAG/DFP/DP – relativa à Abertura de concurso público para concessão de uso privativo para exploração do bar-cafetaria, com possibilidade de instalação de esplanada, no Parque Urbano de Miraflores (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião)-----

-----A **Senhora Deputada Isabel Lourenço (IOMAF)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Apenas para dizer que, do lado do IOMAF e com todo o respeito pelo locatário que estava anteriormente e que pôs à disposição o espaço, obviamente que, numa linha de possibilidade de que este Parque Urbano de Miraflores continue ou volte a ter, a curto prazo de tempo, um espaço de serviço de cafetaria e de restauração, como, aliás, é desejável nos parques, nos jardins, como apoio a todos os que frequentam esses espaços, que se concorda com tudo o que está previsto nesta proposta de abertura de concurso público, para que se encontre alguém



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

interessado, em explorar o respetivo espaço.” -----

----- O Senhor Deputado Pedro Almeida (PS) disse o seguinte:-----

----- “Naturalmente que esta é uma proposta que faz sentido, uma vez que o anterior gestor daquele espaço, mostrou indisponibilidade em continuar a geri-lo. Este é um espaço fundamental para a dinamização do Parque de Miraflores, que é frequentado por centenas/milhares de pessoas e adjacente a uma zona de serviços e de escritórios, onde trabalha muitíssima gente e, portanto, sabemos do potencial e da utilidade que este espaço verde tem, para muita gente e para muitas famílias. E, portanto, andou bem a Câmara, dentro daquilo que era urgência, em avançar com procedimento concursal. -----

----- Ainda assim, há aqui algumas questões que gostaríamos de colocar à Câmara para perceber, até do ponto de vista da transparência do processo. Isto porque, vendo os valores que são apontados pela Comissão Municipal de Avaliações, à partida e tendo em conta aquilo que é o valor de imobiliário na zona de Miraflores, que sabemos que é elevado, pareceu-nos que o valor apontado é baixo. Então tivemos a preocupação de olhar para aquilo que é o mercado e para as agências imobiliárias, que fornecem informação sobre lojas e outros tipos de espaços comerciais daquela área e continuamos a achar, que tudo vem reforçar, digamos, esta dúvida, de que, de facto, era importante que a Comissão Municipal de Avaliações, mais do que dizer que fez uma prospeção e que da mesma resultou “x” valor, que dissesse em que termos é que fez essa prospeção. Isto porque, de facto, nós podemos estar enganados e até pode haver um outro critério técnico, que tenha levado a um valor mais baixo mas, de facto, assim à partida, gostaria que se fosse possível à Câmara prestar alguns esclarecimentos adicionais relativamente isto, seria importante. -----

----- Depois uma outra questão que tem a ver com o tempo para apresentação de

propostas. Isto porque sabemos que aquele é um espaço, enfim generoso, mais de cem metros quadrados. A Câmara, no próprio critério de adjudicação dá oitenta por cento ao projeto e só vinte por cento ao valor que é apresentado e, portanto, ao valorizar, e bem, aquilo que possa ser, digamos, o arranjo do espaço, a utilização, o projeto concretamente, está dar pouco tempo para que os potenciais candidatos o possam trabalhar. Pergunto se não faria sentido, se calhar, acrescentar mais duas semanas, que permitisse ter um prazo mais razoável para qualquer candidato poder apresentar e não estar sujeito aqui a limitar o tempo e com isso limitar a possibilidade de termos projetos e propostas mais interessantes. O essencial era isso, como é evidente, o resto, cumprimentar a Câmara, porque já aqui também critiquei no sentido contrário, quando, os processos tramitaram sem os anexos e sem os documentos, a acompanhar a proposta de deliberação e neste caso, vieram os anexos, existe a informação, há contudo estas dúvidas que gostaríamos que a Câmara dentro das suas possibilidades pudesse esclarecer.” -----

-----**A Senhora Deputada Teresa Carvalho (CDU)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Não querendo ser tão rápida como da última vez, vou dizer que a CDU aprova este ponto. Dizer que é mesmo importante darmos continuidade à exploração daquela cafetaria e esplanada, porque, tal como outros deputados disseram, abrange um grande número de população, não só jovem, mas, também, alguns da minha faixa etária e que, portanto, gostam e vão continuar, certamente, a beneficiar daquele dispositivo.” -----

-----**O Senhor Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Em primeiro lugar, estes concursos não visam criar condições para a Câmara Municipal ganhar dinheiro ou o Município ganhar dinheiro com eles. O que importa, é o serviço público, porque é disso que se trata, prestado nesses parques e jardins etc.. Portanto, temos algumas experiências, se quiserem, negativas de, às vezes, a entrega desses espaços, sem haver o cuidado, o rigor necessário, para a atribuição dessa concessão e, portanto, daí o facto, de se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

valorizar em oitenta por cento o projeto e em vinte por cento o preço. -----

----- Obviamente que o prazo, e o Senhor Vereador Nuno Neto poderá complementar alguma coisa, mas, o prazo não é muito relevante em situações destas, porque o concorrente não tem que entregar o projeto. O concorrente apresenta, digamos assim, um estudo, um programa base, daquilo que vai fazer, se ganhar o concurso, então é que tem que fazer o projeto e aí tem um determinado período para o executar. Portanto, não é agora no concurso, apenas vai dizer, o que pretende fazer e apresenta um layout para o efeito, porque depois é que se desenvolve o projeto, não é obrigatório apresentar o projeto.” -----

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Se me é permitido, queria apenas dizer que, nesta situação em concreto, o que foi considerado, foi exatamente, o que resulta da intervenção do Senhor Presidente e que foi muito bem ilustrado, nas palavras da Senhora Deputada da CDU. -----

----- Este equipamento é um serviço importante àquela população e o que entendemos foi que não há nenhuma obra estrutural, nenhum projeto de fundo a apresentar e o que importa é garantir a interrupção do serviço pelo mínimo tempo possível. E, portanto, entendemos, como adequado, este o prazo, sendo que, o que se será avaliado, é o conceito do serviço que ali vai ser disponibilizado aos munícipes.” -----

5.6.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ana

Paula Pereira Cremon de Lemos, José Maria Godinho Montezo, Irina Dias Lopes, Orlando Vaz Tavares, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Vítor Manuel Correia Pinho e Rosa Maria Lopes Soares da Fonseca), cinco do Partido Socialista (Jorge Manuel Damas Martins Rato, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia da Encarnação Inácio Carolo e Pedro Miguel Ramos Almeida), quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria Carolina Candeias Tomé e Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço), três da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco, Maria Joana Marques Gomes da Silva e Teresa Amélia do Carmo Carvalho), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte), um do Centro Democrático Social-Partido Popular (Nuno Miguel Trindade Gusmão), um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). -----

-----Os Senhores Deputados Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, Dinis Penela Antunes, do Partido Socialista e Salvador António Martins Bastos Costeira, do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente, não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 126/2019**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 739/19 – DMAG/DFP/DP – ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO PARA EXPLORAÇÃO DO BAR-CAFETARIA, COM POSSIBILIDADE DE INSTALAÇÃO DE ESPLANADA, NO PARQUE URBANO DE MIRAFLORES** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número setecentos e trinta e nove barra dezanove, a que se refere a deliberação número oitenta e nove da Reunião da Câmara Municipal, realizada em onze de setembro de dois mil e dezanove e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, cinco do Partido Socialista, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a decisão de contratar, através de um procedimento por concurso público, para a concessão de uso privativo para exploração do bar-cafetaria, com possibilidade de instalação de esplanada, do Parque Urbano de Miraflores, nos termos propostos, pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

6. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

6.1. A Senhora Clotilde Moreira, moradora em Algés, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vinha pedir a atenção de quem fiscaliza obras em prédios, porque quando os algerozes são postos de fora do prédio, eles devem ser metidos debaixo do passeio até à estrada. E isto porquê? Porque, em tempos de chuva, principalmente as pessoas de idade com miúdos que, às vezes, são levados pelas avós pela mão, quando passam ao pé de um algeroz destes, a quantidade de água é tanta que encharca os pés. Isto é uma coisa que parece parva, mas ponham-se a andar num dia de chuva e verão que ficam com os pés todos encharcados, porque os algerozes não são metidos corretamente debaixo do passeio.” -----

6.2. O Senhor Tiago Costa Pinto dos Reis Miranda, morador em Caxias/Laveiras, observou

o seguinte:-----

-----“Aos dez de julho deste ano, foi publicado o Decreto-Lei noventa e dois, sobre espécies exóticas, no qual se revêem e reformulam parâmetros de há duas décadas.-----

-----Os Serviços Camarários estarão certamente atentos à necessidade de prestar crescente cuidado a este tema, porque as ameaças à biodiversidade são, de facto, cada dia mais graves.-----

-----O tempo de que ora disponho, dedico-o apenas à descontrolada propagação de uma única espécie, comumente conhecida como espanta-lobos, árvore-do-céu ou ailanto-da-China.---

-----O “*Ailanthus altissima*” chegou à Europa em meados do século dezoito. Começou a ser cultivado em jardins particulares e, pouco mais tarde, em vias de circulação, por ser resistente e rapidamente atingir grandes dimensões. Sucede, porém, que, com a mesma facilidade, o ailanto conquista espaço a espécies nativas, pondo em risco a sua sobrevivência local, e se propaga nos mais improváveis e indevidos lugares das áreas urbanas, danificando edificações e estruturas públicas - calçadas, tubulações, galerias e asfaltos.-----

-----Constatada a infestação pelas sementes ou pelas raízes do “*Ailanthus altissima*”, raramente se consegue resolver o problema pelo simples corte ou pelo arranque de novos rebentos. A literatura científica sobre o assunto e os organismos que a ele se vêm dedicando (como o International Union for Conservation of Nature) são, praticamente, unânimes em considerar que, após alguns anos de incúria, a única forma de erradicação eficaz é o tratamento das folhas ou dos solos com herbicidas relativamente agressivos.-----

-----Em várias partes do mundo ocidental, multiplicam-se os alertas contra o ailanto. Há testemunhos francamente confrangedores sobre os prejuízos que causa e a dificuldade de lhe pôr fim.-----

-----Já este ano, uma reputada especialista anglo-saxónica referiu-se ao ailanto como “a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

devil in disguise” (um diabo disfarçado). E, neste preciso momento, encontra-se em curso no “Parco Nazionale dell'Alta Murgia” um projeto com financiamento comunitário destinado a combater essa praga, cujo orçamento totaliza pouco menos de dois milhões de Euros.-----

----- No Concelho de Oeiras, muitas são as áreas infestadas pelo ailanto. A rua onde moro, em Laveiras, constitui, em si, montra eloquente. A curta distância, multiplicam-se os exemplos - em canteiros de vivendas, na Quinta Real de Caxias e no Jardim da Estação. Aliás, ao longo de praticamente todo o caminho-de-ferro, até Carcavelos, sucedem-se as ocorrências de rebentos de ailantos e ailantos adultos, com vários metros de altura. O mesmo se verifica na Avenida Salvador Allende, na Estrada de Barcarena perto da Fábrica da Pólvora, na região de Valejas, junto do Santuário da Senhora da Rocha, e no Vale do Jamor. -----

----- Parece-me importante que a população se conscientize da ameaça que o ailanto representa. Parece-me fundamental que se proceda à substituição dos ailantos adultos ainda existentes em jardins e vias públicas, por espécies não invasoras.-----

----- Paralelamente, será aconselhável desenvolver o combate à infestação em bosques, matas, baldios e terrenos semi-agrícolas.-----

----- Submeto à Mesa este meu breve texto de alerta e um pequeno conjunto de referências documentais. Dentro de horas, remeterei, igualmente, por correio eletrónico, fotografias de locais do Concelho onde se verificam alguns dos focos de infestação mencionados. Oxalá assim se incentive, com a possível celeridade, o desenho de um plano global e a aplicação de medidas concretas.”-----

6.3. O Senhor José Joaquim Oom Vale Henriques, morador em Caxias, referiu o seguinte: --

----- “O que este senhor acabou de afirmar, ele é meu vizinho, eu confirmo que, realmente, a situação é grave. No entanto, estiveram lá a “assassinar” árvores com podas

camarárias, foi uma “carecada” geral, há problemas graves, e este é um deles, mas não é o que me traz aqui, só estou a confirmar o que o senhor disse e se passa na minha rua. -----

-----O que me traz aqui hoje é uma intervenção muito poética, sobre o lódão abatido à frente da minha janela. -----

-----Vou ler um texto do Poeta Eugénio de Andrade, em mil novecentos e noventa e seis:

-----“Se falei de árvores com ácida melancolia é porque me derrubaram uma das que mais amei na vida, o velho lódão que me entrava pela varanda e dava notícia das estações. O móbil foi, naturalmente, atravancar a rua com mais automóveis. -----

-----Levei anos a lamentar-me até que, não há muito ainda, numa cerimónia em que surpreendentemente me fizeram cidadão honorário do Porto, disse ao Presidente da Câmara que preferia uma árvore à porta que uma medalha de ouro da cidade (...) ele prometeu-me outro lódão e cumpriu a palavra.” -----

-----Ontem esteve uma equipe a tentar apagar que existiu ali uma árvore. O que é interessante, eu pensava que era um monumento em homenagem à morta, tentaram apagar, mas deixaram lá uma série de paralelepípedos em monte, onde poderia mais um automóvel estacionar. Isto é um pequeno episódio do que se passa, eu diria, em Oeiras Valley, neste caso, Caxias Valley.”-----

6.4. O Senhor Guilherme Limas Machado, morador em Oeiras, disse o seguinte: -----

-----“Venho aqui falar sobre o Forte do Areeiro e o Edifício Arte Contínua, que é o projeto que lá existe, referido hoje, nesta Assembleia, pelo Senhor Presidente da Câmara.-----

-----Há um ano atrás, o Forte do Areeiro que, caso não saibam, situa-se na Marginal, ao pé do McDonalds de Santo Amaro, era um local abandonado, deixado pela Marinha, depois de anos a servir a Defesa Nacional, repleto de sujidade, de lixo, de todo o tipo de resíduos, e estava abandonado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Esta situação acontecia até há um ano atrás, até que várias pessoas, e não estamos a falar de uma empresa privada, não estamos a falar de organizações que têm interesses pessoais, estamos a falar na comunidade na alça do projeto Edifício Arte Contínua, feita pelo “Colectivo a Postos”, puseram mãos à obra e começaram a renovação e reconversão deste espaço que, repito, estava abandonado, para se transformar num local que, devido à sua localização perto do mar e da população, pudesse ser utilizado para a educação, para a exposição artística e cultural, que não fosse elitista e servisse a população, a comunidade, e não só, e fosse feito pela comunidade. -

----- Este projeto tem resultado, e já vários eventos, festas, exposições culturais e artísticas foram organizadas que compactuam com um dos pilares da atual administração do Concelho de Oeiras, que pretendem o progresso cultural, artístico e tecnológico. -----

----- Este espaço tem servido para a educação, a arte, a cultura da população e, especialmente, da juventude; realço que houve eventos em que mais de um milhar de pessoas da comunidade de Oeiras apareceram, eventos que puderam dar voz, puderam dar um espaço a artistas locais. -----

----- Dito isto tudo, não se percebe então por que é que, há duas semanas atrás, a Câmara Municipal de Oeiras, nas costas da comunidade e nas costas do projeto Edifício Arte Contínua, fechou um acordo com o Ministério da Defesa para a utilização do espaço para o Centro de Interpretação da Barra. O que acontece aqui é que este acordo, primeiro - não teve em conta o projeto que já lá existe e já lá atua há um ano e teve, como já disse, eventos e projetos artísticos e culturais relevantes, e foi feito sem qualquer participação da comunidade e da população, ou seja, nós estamos aqui a falar de um espaço, utilizado há já algum tempo, que está a ser expropriado para um projeto que não tem em mente toda a participação da população e da comunidade. Este Centro de Interpretação da Barra, ainda não pude encontrar em lado algum o

que é que vai ser, não pude compreender e perceber de que maneira é que vai incluir a população e não pude também encontrar qualquer tipo de resposta à grande pergunta: de que maneira é que o projeto Edifício Arte Contínua, as pessoas, os artistas, e a população, que lá trabalharam no último ano vão estar incluídos neste projeto a partir de agora, pois, repito, é um espaço que já está a ser utilizado, e convido toda a gente aqui, nesta sala, a visitá-lo.”-----

6.5. O Senhor Miguel Partidário, morador em São Julião da Barra, Oeiras, fez a seguinte intervenção:-----

-----“Vim à Sessão Extraordinária Número Dezasseis, de dois mil e dezanove, no dia vinte e quatro de julho, na Assembleia Municipal, levantar uma questão relativamente a uma promessa eleitoral do programa do Doutor Isaltino Morais que não estava a ser cumprida relativamente à substituição da frota do Município de Oeiras por veículos elétricos, e saí tranquilizado, porque a resposta do Senhor Vice-Presidente foi, e transcrevo, ou seja, está em vídeo: “a preocupação ambiental é uma marca distintiva no modelo de desenvolvimento deste Concelho, os carregadores elétricos são uma urgência, será uma realidade dentro de pouco tempo, os próximos procedimentos serão, sobretudo, de viaturas híbridas ou elétricas, há orientações nesse sentido e estão em curso as compras desses carros”, e disse-me “as suas preocupações estão a ser atendidas”, repetiu ainda “os próximos procedimentos, que já estão em curso, serão com veículos híbridos ou veículos elétricos”.-----

-----Pois muito bem, seis dias depois, na Reunião Extraordinária de trinta de julho de dois mil e dezanove do Executivo Camarário, a proposta número seiscentos e quarenta e oito, de dois mil e dezanove, pretendia a compra de vinte e seis viaturas a gasóleo e treze viaturas a gasolina, contra quatro elétricas.-----

-----Depois de se ter levando esta questão, inclusive, na Assembleia Municipal por parte, penso que, dos deputados do Partido Socialista e da CDU, a Vereadora Joana Baptista defendeu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

a proposta, mas o Presidente da Câmara Municipal de Oeiras chegou até a concordar que os países sensibilizados para as alterações climáticas têm uma solução muito simples, que é: proíbem a venda a gasóleo e passa tudo a gás, a híbrido ou veículos elétricos. Contudo, a proposta foi aprovada, com os votos a favor do IN-OV, do IOMAF e do PSD, e apenas com os votos contra do PS e da CDU, depois até do Presidente da Câmara Municipal ter dito que se devia fazer como a Carris faz em Lisboa, que é veículos a gás natural e híbridos.-----

----- Pois muito bem, a pergunta que gostaria de fazer é: face a esta situação, Senhor Presidente, por que é que apoia uma coisa e, depois, faz outra? -----

----- E Senhor Vice-Presidente: por que é que mentiu em plena Assembleia Municipal e disse uma coisa que, depois, não se verificou na reunião seguinte, disse que os próximos procedimentos seriam para veículos híbridos e elétricos e, depois, não foram, por que é que mentiu, e em que mais coisas é que estará a enganar os oeirenses.” -----

6.6. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

----- “Terminaram as intervenções do público e não sei se o Senhor Presidente da Câmara quer dar algum esclarecimento.”-----

6.7. O Senhor Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Posso dar dois ou três esclarecimentos, os que não der é porque quero ler...”-----

6.8. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “É porque não têm resposta.” -----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. continuou a sua intervenção: -----

----- “Não, resposta tenho para tudo. Agora...”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Não, é porque não têm, não é o Senhor que não tem resposta, eles não têm

resposta.” -- -----

6.9. O Senhor Presidente da C.M.O. continuou a sua intervenção: -----

-----“Há determinadas questões que quero ler a ata da Assembleia e responder. Mas, respondendo às questões, naturalmente, que justifica que responda. -----

-----O problema que a Senhora Dona Clotilde Moreira colocou sobre os algerozes, naturalmente, que nós estamos atentos a isso e neste momento, nos edificios novos, já não acontece isso. Realmente, a situação que referiu, é, com certeza, e ainda se vê, em relação aos edificios mais antigos e em que às vezes o algeroz fica, a deitar água. Já vi situações, quase a meio metro da cota do passeio e, naturalmente, que isso, realmente, incomoda as pessoas e a água a circular em cima do passeio, etc.. -----

-----Mas, ainda bem que falou nisso, porque à semelhança do que estamos a fazer com as chamadas barreiras arquitetónicas, ao nível do desnivelamento de passeios nas passadeiras, etc., também podemos procurar, fazer um despiste das situações de algerozes nessas condições. Realmente, vêm aí a chuvas, nada melhor do que esta altura para ver, exatamente, o que é que está mal. --- -----

-----Relativamente às plantas exóticas, enfim, é uma questão que ainda irei ver - deixou um documento. -----

-----Em relação ao Forte do Areeiro, fiquei perplexo com esta intervenção, porque, primeiro, desconheço. Eu há cerca de dois meses talvez, passei pelo Forte, vi a porta aberta, entrei e, realmente, aquilo está tudo abandonado, completamente degradado. Estava lá uma senhora, que me disse que estava ligada a uma associação de escuteiros e, realmente disse-me, aquilo que o nosso município Guilherme referiu. E quem o ouvir dá a impressão que realmente, que está haver uma movida cultural no Forte do Areeiro. Ora bem, não vi lá nada disso. Não foi nada agendado, passei, a porta estava aberta, entrei e, realmente, estava lá uma senhora, que me



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

disse que faziam lá umas atividades, de vez em quando, com crianças, jovens, etc., realmente falou-me nisso. Agora, o que eu vi lá e, à semelhança do que vou fazer com a Estação Agronómica Nacional como calculam, irei convidar todos os senhores deputados para irmos fazer uma visita ao Forte do Areeiro e, nessa altura, todos irão ver se aquilo que o nosso município Guilherme diz é verdade ou não. -----

----- Realmente, nós já nos habituámos e, pelos vistos, parece que as pessoas não se sentem, é que nos chamem mentirosos. E, portanto, já ninguém reage, e para evitar essas situações, eu irei convidar toda a Assembleia Municipal a visitar o Forte do Areeiro para verificar em que estado se encontra e aí poderão confirmar se é verdade ou não o que o nosso município Guilherme referiu. Portanto, depende agora da Presidente da Assembleia Municipal, porque eu não promoverei nenhuma visita enquanto a Senhora Presidente da Assembleia Municipal não me... porque a visita que vou fazer com a Estação Agronómica Nacional é com toda a gente, estão todos convidados etc., ao Forte do Areeiro, já que o problema foi colocado eu, naturalmente que não darei orientação nenhuma na Câmara para se entrar naquele Forte enquanto a Assembleia Municipal não for lá verificar o trabalho extraordinário, que tem sido feito pela dita associação que está lá. Que eu não digo que não tenha feita lá algumas atividades, possivelmente fizeram. Agora a Câmara Municipal não tem conhecimento disso? O Ministério da Defesa a nós não nos deu conhecimento de qualquer acordo, não sei a que título é que esta associação que foi aqui referida está instalada no Forte, desconheço completamente. E, portanto, do Ministério da Defesa, naturalmente, que não iria fazer um acordo com a Câmara se houvesse acordo com outra instituição. Portanto, aquilo que eu esperaria numa Câmara Municipal que, neste Concelho cede, e bem, instalações a todas as sociedades, a todas associações culturais, desportivas, humanitárias, nós trabalhamos com toda a gente. É a primeira vez, e devo dizer que

fico surpreendido, deve haver aqui um engano qualquer, que vejo um munícipe de uma associação cultural/desportiva vir aqui à Assembleia Municipal dizer que a Câmara Municipal lhe quer tirar instalações, que houve aqui uma coisa nas costas do povo, etc., nunca vi uma coisa destas. Para mim isto é inaudito o que denota, talvez, a pouca experiência do munícipe que veio pôr o problema. Isto porque na realidade o que eu esperaria era que ele chegasse aqui e dissesse assim: “Senhor Presidente da Câmara, nós tivemos conhecimento que fez um acordo com o Ministério da Defesa no Forte do Areeiro. Olhe lá, não há uma possibilidade de nós podermos ter lá um bocadinho e veja lá o que tenciona fazer. O que pretende fazer lá? Vamos trabalhar em conjunto? Olhe, nós estamos a fazer esta atividade, gostaríamos muito que fazer com a Câmara.” Era isto que eu estava à espera. Agora o Forte do Areeiro, senhoras e senhores deputados, eu digo-lhes isto com toda a franqueza, está uma degradação total. Não houve recuperação nenhuma. Terá havido limpeza, com certeza, também as pessoas não podem estar no meio da porcaria. Terá havido limpeza para desenvolver ali alguma atividade. Agora aquilo está, de facto, num estado miserável e vir aqui dizer que tem feito recuperação. Qual recuperação? Podem ter feito limpeza apenas, porque eu, como digo, só se fizeram algumas obras nos últimos dois meses. Como digo, passei lá e, realmente, aquilo está num estado lastimável.-----

-----O que é que eu posso dizer a uma coisa destas. Nas costas? Vejam bem, onde é que isto chega. Quer dizer, duas instituições públicas, responsáveis, a Câmara Municipal e o Ministério da Defesa, fazem um acordo para, finalmente, se fazer uma intervenção que impeça a degradação continuada daquele equipamento e vem aqui dizer que isto está nas costas do povo. -

-----Portanto, Guilherme o que lhe digo é o seguinte:-----

-----Esteja tranquilo, aguarde, porque a Câmara Municipal, de facto, pretende fazer ali, e eu já o disse publicamente e foi este o argumento que usámos com o Ministério da Defesa perante o estado em que estava. A Câmara, o Município, porque já houve várias propostas nesse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sentido, pretende desenvolver ali um Centro de Interpretação das Fortificações de Linha de Costa que, muita gente não sabe, mas Oeiras é o Município que tem mais fortes na linha de defesa aqui na entrada da Barra do Tejo. Este é um sonho de muita gente. Muita gente já propôs à Câmara Municipal ao longo dos anos que era importante fazer-se uma coisa destas. E, portanto, a Câmara Municipal é isto que pretende fazer. Não quer dizer que isto seja incompatível com outro tipo de atividades, eu confesso que não sei qual é a vossa atividade pois nunca pediram para falar com o Presidente da Câmara. É uma associação tão notável, tão ativa que nunca falou com o Presidente da Câmara, é uma coisa estranha. Nunca pedi uma audiência ao Presidente da Câmara, porque estou a vê-lo pela primeira vez. De maneira que, e o que é natural era que vocês pedissem uma audiência ao Presidente da Câmara ou ao Vereador da Cultura que, por acaso sou eu também (risos), pronto, agora eu não me lembrava, mas podia ser ao Vereador da Educação ou ao do Desporto e, portanto, em vez deste tipo de atitude que parece que há logo aqui qualquer coisa por trás, mas não há nada por trás. -----

----- Vá à Câmara Municipal, se tiver ideias boas, do ponto de vista da animação cultural, são bem-vindos. Portanto, ali ou noutra sítio qualquer, temos todo o gosto em trabalhar com quem tenha ideias. De maneira que se vocês têm ideias e se já fizeram atividades em que juntaram mais de mil pessoas de cada vez, eu só tenho que dar os parabéns, porque a Câmara raramente consegue ter mais de mil pessoas numa iniciativa. É preciso ser uma iniciativa já com um peso para juntar mil pessoas de uma vez. De maneira que, se têm essa capacidade, eu estou disponível para o receber no meu gabinete, apresentem-me um projeto, dizem-me o que já fizeram, o que têm andado a fazer, o que é que se propõe fazer e à semelhança do que acontece com outras instituições, a Câmara Municipal terá todo o gosto em trabalhar convosco. É o que eu posso dizer e não posso dizer mais do que isto. -----

-----Quanto às questões colocadas pelo deputado não eleito do Partido Socialista, o Senhor Miguel Partidário (era candidato da lista do PS à Câmara Municipal, temos que pôr as coisas pelos nomes), que já nos habituou... é preciso que nós sabemos a origem das coisas. Ora bem, em primeiro lugar, sou demasiado educado para chamar mentiroso a uma pessoa assim sem mais nem menos. De maneira que também lhe fica mal chegar aqui e dizer que o Vice-Presidente mentiu, é muita leviandade ao mesmo tempo. Portanto, temos que ser mais educados uns com os outros, mais respeitadores uns com os outros e que, de facto, estamos aqui justamente para trabalhar, é o nosso papel, para estar ao serviço das comunidades, da população, mas ninguém tem o direito de chegar aqui e insultar quem quer que seja. E, portanto, nessa matéria pode fazer os juízos críticos que entender, pode dizer que o programa ambiental da lista vencedora à Câmara Municipal não está a ser cumprido e, por isso mesmo tem que pagar nas urnas, naturalmente e, portanto, não está a cumprir e não tenha dúvidas que os eleitores não deixarão de fazer a avaliação no final deste mandato, de como as coisas correram. E como as contas se prestam ao longo do mandato fica muito bem ao Senhor Miguel Partidário chamar a atenção para os cumprimentos e incumprimentos do programa eleitoral, está no seu direito, não tem é que chamar mentiroso a ninguém.-----

-----E, portanto, sobre esta matéria dos carros elétricos, obviamente que a Câmara Municipal de Oeiras está a fazer aquilo que a generalidade dos municípios deste País fazem. Estamos progressivamente a introduzir o carro elétrico. É óbvio que, por exemplo, em determinadas situações, quando estamos numa emergência para resolver problemas de recolha de lixo por exemplo, ou outras coisas, nós não podemos estar à espera de carros elétricos que ainda não cumprem, ainda não têm as cargas suficientes em bateria para resolver o nosso problema. Portanto, os carros elétricos não dão para tudo, dão para alguma coisa. Portanto, nós só temos que ter viaturas relativamente às quais a fonte energética esteja disponível no mercado. Portanto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

gradualmente, e isso eu posso garantir, continuaremos a introduzir os carros elétricos na frota da Câmara. Progressivamente, eu reafirmo isso, progressivamente, estamos a fazê-lo. Aliás, já foi aprovado em reunião de Câmara quarenta postos de carregamento para carros elétricos espalhados um pouco por todo o Município. Apesar de, reparem bem, toda a gente clama pelos carros elétricos, mas a verdade é que a legislação ainda não está clara sobre essa matéria. Como é que vai ser explorado, quem é que concessiona, qual é o pagamento, etc.? Nada disso está clarificado e andamos todos a pôr o carro à frente dos bois e, naturalmente, com generosidade vamos indo uns atrás dos outros e nós também lá vamos e estamos neste momento a adjudicar os quarenta carregadores elétricos.-----

----- Nós não dizemos uma coisa e fazemos outra. A avaliação, por muito que custe ao Senhor Miguel Partidário, é feita pelo eleitorado. O eleitorado quando chegar as eleições irá dizer se está satisfeito ou não. Nós prestamos contas todos os dias e ao contrário do que o Senhor Miguel Partidário que veio citar, vejam bem e isto demonstra, de alguma forma, o sectarismo na avaliação, quando se vem aqui citar deliberações da Câmara Municipal a dizer que se adjudicaram carros a gasóleo e a gasolina, mas, ao mesmo tempo não se cita a deliberação que adjudicou carregadores elétricos, isto já demonstra a intenção do Senhor Miguel Partidário. Tenham paciência, é assim, quando se citam as deliberações da Câmara citam-se no bom e citam-se no mau e não se pode chegar aqui e dizer que estamos a adjudicar carros a gasóleo e a gasolina, mas relativamente àquilo que, afinal, vai no sentido de que ele defende, ou seja carros elétricos, boas práticas ambientais é incapaz de as citar, aí não as cita... não, os carregadores elétricos estão aí também.-----

----- Portanto, a Câmara Municipal, o que eu posso dizer é que progressivamente irá aumentar a frota dos carros elétricos, não porque o Senhor Miguel Partidário quer ou porque é

provedor desta coisa e nem queira ensinar sobre boas práticas ambientais, está tudo no nosso programa. Portanto, haverá partes do programa que serão cumpridas a cem por cento, haverá outras partes do programa que não serão cumpridas a cem por cento até haverá uma outra que até pode nem ser cumprida, mas nós justificaremos o porquê. -----

-----Portanto, o que eu quero dizer e que é nós iremos introduzir carros elétricos à medida das disponibilidades da fonte energética, não vamos adquirir carros elétricos para estarem no estaleiro e não estarem ao serviço de ninguém. É muito bonito dizer compram-se “x” carros elétricos. O importante e dizer que foram comprados e que estão a ser usados, estão a ter esta utilidade ou não estão a ter esta utilidade. E, portanto, é assim que funcionamos.-----

-----Portanto, pode continuar a fazer as suas considerações, mas já agora tenha o cuidado de ver sempre o lado positivo e o lado negativo. Realmente, temos que ver se o que está a acontecer em Oeiras é muito diferente do que está a acontecer noutros municípios por esse País fora. Atenção, não me parece que o Município de Oeiras esteja atrasado em relação a outros municípios. A nossa preocupação, não é só o carro elétrico.-----

-----Aliás, devo dizer que nunca me ri, quando o Senhor Miguel Partidário estava a falar, eu tenho muito respeito por todos os munícipes, mesmo aqueles que me criticam, e, normalmente, quando o fazem, ouço com atenção, mas quando eu falo também gostava que prestassem atenção e que não se rissem. Eu gosto do riso como terapia, agora o riso jocoso não me agrada.” -----

7. A Senhora Presidente da A.M. concluiu dizendo o seguinte:-----

-----“Alguns dos senhores pretende usar da palavra? Não havendo, dou por encerrada esta nossa reunião e também. Uma boa noite a todos e até à próxima do dia vinte e nove.”-----

8. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

-----A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às dezanove horas e trinta e cinco



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

minutos.-----

----- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente, e pelos Secretários da Mesa.-----

-----A Presidente,-----

-----O Primeiro Secretário,-----

-----A Segunda Secretária,-----

